



PUC
RIO

SUSAN TRAVIS

**CONFLITOS CONJUGAIS: UM ESTUDO SOBRE
AS EXPECTATIVAS NO CASAMENTO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Rio de Janeiro, março de 1997

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO**

**Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>**

N.Cham. 150 T782 TESE UC

Título Conflictos conjugais



Ex.1 PUCB

0135187

SUSAN TRAVIS

**CONFLITOS CONJUGAIS: UM ESTUDO SOBRE
AS EXPECTATIVAS NO CASAMENTO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, março de 1997

UC-00071018-7



150
T782
TESE UC

Para Tomaz, companheiro e alvo
principal das minha expectativas
explícitas e não explícitas.

AGRADECIMENTOS

À Terezinha Féres-Carneiro, orientadora, pelo incentivo, confiança e possibilidade de aceitar as diferenças.

Ao Professor Bernard Rangé, pela disponibilidade e suporte teórico.

À Danielle Goldrajch, amiga e colega de mestrado, pela presença e apoio desde o início do trabalho.

Ao amigo Carlos Eduardo Veiga, pela presença constante e ajuda inestimável para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus pais, e à minha filha Jacqueline, pela compreensão e carinho.

Aos entrevistados, pela confiança de partilharem comigo assuntos tão pessoais.

Ao Departamento de Psicologia da PUC-RJ, aos professores e funcionários, pelo apoio na realização do trabalho.

Ao órgão financiador desse trabalho: CAPES.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os processos cognitivos subjacentes aos conflitos conjugais, investigando as expectativas explícitas e não explícitas dos cônjuges acerca dos parceiros e da própria relação conjugal.

Foi realizado um estudo de campo baseado na revisão da literatura especializada. Foram entrevistados 12 sujeitos, seis homens e seis mulheres da classe média carioca, com idades entre 30 e 50 anos. A partir da fundamentação teórica e do discurso dos sujeitos entrevistados, foram propostas 7 categorias de análise.

A avaliação do material obtido mostra que as expectativas dos cônjuges acerca do casamento e dos parceiros desempenham um papel relevante nas relações conjugais, sobretudo nas relações disfuncionais. O aprofundamento da compreensão da dinâmica dos conflitos conjugais pode contribuir substancialmente para a eficácia da prática clínica no atendimento a casais.

ABSTRACT

The purpose of the present study is to analyse the cognitive processes underlying marital conflicts, investigating spouses' explicit and implicit expectations regarding their partners as well as their marital relationship.

A field study based on a review of the specialized literature was conducted. We interviewed twelve middle class subjects, six men and six women living in Rio de Janeiro. The age range varied from 30 to 50 years. Based on the theoretical framework as well as the analysis of the subjects' discourse, seven thematic categories were proposed. The final evaluation of the material shows that spouses' expectations about marriage and about their partners play a relevant role in marital relationships, specially in the dysfunctional ones. A better understanding of the dynamics of marital conflicts may contribute substantially to the efficacy of marital therapy.

INTRODUÇÃO	1
O MODELO COGNITIVO	5
1.1 Histórico	7
1.2 Esquemas Cognitivos, Pensamentos Automáticos e Distorções Cognitivas	10
1.3 O Modelo Cognitivo Aplicado à Terapia de Casais	14
AS EXPECTATIVAS NAS RELAÇÕES CONJUGAIS	22
2.1 O Papel das Expectativas nos Conflitos Conjugais	22
2.2 As Expectativas em Forma de Regras, Pacto ou Contrato Conjugual	29
ESTUDO DE CAMPO	35
3.1 Sujeitos	35
3.2 - Instrumento	38
3.3 . - Método	39
3.4 Análise e Discussão do material obtido	40
3.4.1 A Comunicação entre os Membros do Casal	41
3.4.2 Sexualidade	48
3.4.3 Vida Social/Lazer	54
3.4.4 Educação/Criação dos Filhos	58
3.4.5 Utilização do Dinheiro	63
3.4.6 Relação Conjugual/Cônjuge	67
3.4.7 Conflitos	73
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXO I	95
ANEXO II	98

INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga a influência das expectativas não explícitas dos cônjuges acerca dos parceiros e da própria relação conjugal.

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma demanda da prática clínica, visto que um número significativo de pessoas procuram ajuda psicoterápica movidas por insatisfações, dificuldades e conflitos conjugais. Observamos que freqüentemente a busca de ajuda profissional para a resolução de problemas conjugais se dá por apenas um dos cônjuges, que reconhece a existência de dificuldades no relacionamento com o parceiro, não encontra soluções satisfatórias e acredita que um psicoterapeuta possa ajudá-lo a lidar com tais problemas. Outras vezes o casal concorda em fazer uma terapia conjugal para melhor entender suas dificuldades de relacionamento.

Os conflitos conjugais podem ser desencadeados pelos mais diversos fatores e podem ser atribuídos a causas objetivas e subjetivas. Quando uma pessoa fala de suas dificuldades no casamento, o que geralmente aponta como fonte de insatisfação são eventos ocorridos entre ela e o parceiro, e não os processos de pensamentos, ou cognições, relacionados a tais eventos. Pesquisadores e terapeutas, porém, identificaram vários tipos de cognições que podem influenciar a maneira como os indivíduos respondem aos conflitos conjugais (Baucom e Epstein, 1990).

Através de observação clínica e de leituras sobre o tema, relacionamos pontos comuns aos diversos conflitos conjugais, e elegemos as expectativas não explícitas que os cônjuges mantêm a respeito dos parceiros e do casamento como a dimensão a ser investigada em nossa pesquisa.

Convém ressaltar que as expectativas não explícitas não são discutidas ou questionadas, por serem percebidas como naturais e universais. São inferências que variam em seu grau de precisão, podendo ser acuradas ou não, sem que o indivíduo perceba a diferença (Baucom e Epstein, 1990).

Autores como Ellis (1977), Epstein e Eidelson (1981), Beck (1988), Dattilio e Padesky (1990) são unânimes em afirmar que expectativas irrealistas ou exigentes acabam, inevitavelmente, conduzindo os casais a interações negativas, como hostilidade, chantagem emocional e até, em casos extremos, agressões verbais e físicas.

Embora a concepção de casal seja de uma unidade conjugal, esta unidade é formada por dois indivíduos únicos, que tiveram experiências de vida diversas. Suas crenças e expectativas a respeito do casamento são diferentes. A tarefa de um psicoterapeuta conjugal é ajudar o casal a compreender e lidar com tais diferenças de uma forma mais adaptativa. Para tanto é necessário que ele investigue as causas desencadeadoras de desentendimentos entre os parceiros.

Os psicoterapeutas conjugais de orientação cognitiva e cognitivo-comportamental procuram ter acesso às cognições, afetos e comportamentos dos membros do casal para, assim, entender como e porque ocorrem os conflitos

conjugais. Os pensamentos, comportamentos e a forma como os casais lidam com as emoções estão em constante interação, havendo sempre a possibilidade de um destes aspectos desencadear os outros. Ou seja, um determinado pensamento pode gerar sentimentos, que por sua vez geram comportamentos, ou vice-versa.

Ao investigarmos as expectativas dos sujeitos estaremos focalizando o aspecto cognitivo dos conflitos conjugais.

O principal objetivo do presente trabalho é investigar as expectativas explícitas e não explícitas dos membros do casal a respeito de seu parceiro e da relação conjugal, e o resultado dessas expectativas no cotidiano do casal.

Procuraremos, ainda, identificar as possíveis crenças dos sujeitos a respeito da relação conjugal, assim como o grau de percepção dos entrevistados acerca de suas expectativas e crenças.

Buscamos aprofundar a compreensão das disfunções conjugais através de uma revisão da literatura que focaliza, principalmente, autores de orientação cognitiva e cognitivo-comportamental.

No estudo de campo entrevistamos 12 (doze) sujeitos da classe média carioca, com idades entre 30 (trinta) e 50 (cinquenta) anos, sendo seis mulheres e seis homens. Estudos apontam para expectativas relacionadas a papéis que social e psicologicamente são associados às mulheres ou aos homens (Feldman, 1986).

Nossa pesquisa é desenvolvida em 3 capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos um histórico do modelo cognitivo, desenvolvido por Aaron T. Beck,

que deu origem à Terapia Cognitiva, e posteriormente foi aplicado à Terapia Cognitiva Conjugal. Abordamos, ainda, as noções centrais na formulação da Terapia Cognitiva e suas diversas aplicações na prática clínica.

No segundo capítulo fazemos uma revisão da literatura sobre a influência das expectativas nas relações conjugais. Além de autores cognitivos e cognitivo-comportamentais como Beck, Baucom, Epstein, Dattilio, Padesky e outros, recorreremos a Clifford Sager, autor de orientação sistêmica, que descreve as expectativas dos cônjuges em forma de contratos conjugais.

No terceiro capítulo apresentamos o estudo de campo realizado e a discussão do material obtido. Através do discurso dos sujeitos entrevistados obtivemos contribuições relevantes acerca das expectativas de homens e mulheres em relação ao casamento, ao parceiro/a e aos papéis desempenhados na vida familiar.

CAPÍTULO 1

O MODELO COGNITIVO

A fundamentação teórica na qual esta pesquisa baseia-se, é o modelo cognitivo, que se refere à teoria, terapia e modelos conceituais desenvolvidos por Aaron T. Beck (Beck, 1976).

A despeito do nome "cognitivo", este modelo enfatiza a interação entre cinco elementos, que são os seguintes: 1) ambiente (incluindo a história do desenvolvimento e cultura); 2) aspectos biológicos; 3) afeto; 4) comportamento; 5) cognição (Dattilio e Padesky, 1990).

A palavra "cognitivo", derivada da palavra latina "cognitione", significa pensamento e refere-se à forma que as pessoas fazem seus julgamentos, tomam decisões e interpretam, correta ou incorretamente, os eventos e as atitudes das outras pessoas.

De acordo com o modelo cognitivo, os distúrbios emocionais resultam de pensamentos distorcidos ou de avaliação cognitiva irrealista dos eventos cotidianos. É, portanto, o modo como os indivíduos estruturam a realidade que vai determinar seu estado afetivo. Além disso, o modelo cognitivo propõe uma interação entre afeto e cognição, pois baseia-se na hipótese teórica de que os pensamentos geram os sentimentos, de modo que um tende a reforçar o outro resultando, em algumas situações, num aumento de dificuldades emocionais e cognitivas.

Rangé (1995) afirma que no modelo cognitivo tanto o afeto como o comportamento são determinados pelo modo como um indivíduo estrutura o mundo. O autor acrescenta que as cognições (eventos verbais ou pictóricos do sistema consciente) mediam as relações entre os impulsos vindos do mundo externo e as reações do próprio indivíduo, que são os sentimentos ou emoções e os comportamentos.

A Terapia Cognitiva (TC), que se baseia no modelo cognitivo, distingue-se da psicanálise e da psiquiatria biológica na medida em que supõe que a origem dos comportamentos está na consciência, logo, sob controle do indivíduo, enquanto que as primeiras afirmam que as ações dos indivíduos estão baseadas em um determinismo fora de seu controle (Rangé, 1995).

O autor afirma que em relação ao behaviorismo, a Terapia Cognitiva "representa uma evolução na vertente metodológica desta escola psicológica" (Rangé, 1995, p.89).

Beck e Weishaar (1989) afirmam que a Terapia Cognitiva pode ser pensada como um sistema de psicoterapia composto de três partes: 1) uma teoria da personalidade e de psicopatologia; 2) um corpo de conhecimento; e 3) um programa integrado de estratégias e técnicas.

A personalidade, na visão da Terapia Cognitiva, é moldada por crenças básicas ou esquemas, que se desenvolvem cedo na vida dos indivíduos, como resultado de diversos fatores em seu ambiente. Estes esquemas constituem a base

para a codificação, categorização e avaliação das experiências de vida dos indivíduos e dos estímulos com os quais eles se defrontam.

A origem dos problemas psicológicos é atribuída a processos como aprendizado falho, inferências incorretas baseadas em informações inadequadas, e a dificuldade de distinção adequada entre a realidade e a imaginação.

A Terapia Cognitiva faz parte de um grande movimento na psicologia e psicoterapias que foi chamado de "revolução cognitiva". Esta revolução modificou a noção de como os indivíduos utilizam suas mentes para resolver problemas, criá-los, ou, até mesmo agravá-los. Houve, em oposição ao que era proposto até aquele momento, uma valorização da consciência, o que, conseqüentemente, coloca os indivíduos numa posição de maior controle sobre seus pensamentos, sentimentos e comportamentos.

1.1 Histórico

No final da década de 50, Aaron T. Beck iniciou um período de pesquisa e observação sistemáticas visando um aprofundamento do estudo da depressão. Embora trabalhando com a psicanálise, Beck havia começado a questionar algumas formulações psicanalíticas, assim como as freqüentes reações negativas dos pacientes ao método, e a longa duração do tratamento (Block e Dobson, 1988).

Em 1963, Beck observou que fatores cognitivos associados à depressão eram amplamente ignorados em favor da tendência psicanalítica em aceitar as conceitualizações motivacionais afetivas. A partir de uma investigação do conteúdo

temático das cognições de pacientes psiquiátricos, Beck constatou uma diferença consistente entre o conteúdo ideacional dos pacientes deprimidos e pacientes que apresentavam outros quadros. Notou que os pacientes deprimidos não buscavam o sofrimento, mas tinham a tendência, maior que os pacientes não deprimidos, a evitar comportamentos que provocassem rejeição ou desaprovação, tentando buscar sempre a aceitação e aprovação dos outros. Percebeu, ainda, através das descrições dos pacientes, que eles apresentavam distorções sistemáticas em seus padrões de pensamento, adotando uma construção negativa sobre si e sobre suas experiências. Beck chamou tais distorções de "distorções cognitivas". Sua hipótese sobre a depressão concentrou-se, assim, no conteúdo do pensamento negativo dos deprimidos e no papel central das distorções cognitivas na etiologia da depressão ..

Embora, inicialmente, Beck tenha enfatizado os distúrbios do pensamento na depressão, introduzindo conceitos como os da tríade cognitiva (crenças negativas sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre o futuro), dos esquemas cognitivos e a análise dos erros lógicos que levam às distorções cognitivas, seu modelo teórico representa uma formulação compreensiva das psicopatologias em geral. Na literatura sobre a prática clínica, podemos encontrar aplicação da terapia cognitiva para os seguintes quadros: depressão (Beck et al., 1979); transtorno do pânico e agorafobia (Clark, 1989); fobias (Butler, 1989); distúrbio obsessivo-compulsivo (Salkovskis e Kirk, 1992), transtornos alimentares (Chanoon e Wardle, 1992); abuso de drogas (Moorey, 1992); disfunções sexuais (Hawton, 1989); transtorno conjugal (Baucon e Epstein, 1990; Beck, 1988; Dattilio, 1989; Epstein e Eidelson 1981) entre outros.

As origens filosóficas da Terapia Cognitiva podem ser encontradas nos filósofos estoicistas, na filosofia kantiana, e na fenomenologia. Epicteto, filósofo estoíco, escreveu no Enchiridion: "Os homens não são perturbados pelas coisas, mas pelas visões que têm delas" (Beck, 1979, p.22).

Goldrajch (1996) observa que Beck adota a noção kantiana de que a percepção da realidade é moldada por uma estrutura cognitiva que, na linguagem de Beck significa uma mediação cognitiva na interpretação dos eventos externos e internos. Ou seja, tanto as situações externas como as sensações físicas ou os fluxos de pensamentos passam por uma interpretação subjetiva que determinará o comportamento e a reação emocional do indivíduo.

Em seu livro *Terapia Cognitiva da Depressão*, Beck (1979) enumera filósofos e psicólogos que contribuíram com importantes conceituações para o desenvolvimento da Terapia Cognitiva.

A Terapia Cognitiva baseia-se na concepção de que as dificuldades emocionais são geradas, em grande parte, por distorções da realidade, a partir de premissas e suposições incorretas. Estas têm origem num aprendizado falho, ocorrido ao longo do desenvolvimento. O tratamento não se concentra inicialmente na origem das dificuldades, mas focaliza sua atuação no auxílio ao paciente a desfazer-se das distorções cognitivas e a ensinar uma forma alternativa mais objetiva de formular suas experiências.

As noções centrais na formulação da Terapia Cognitiva são as de esquema cognitivo, pensamento automático, distorção cognitiva e reestruturação cognitiva. As

três primeiras são relevantes para o presente trabalho, a medida que pretendemos investigar o papel das expectativas não explícitas nos conflitos conjugais. A noção de reestruturação cognitiva, que é de extrema importância no processo terapêutico, não será relevante para o presente trabalho.

1.2 Esquemas Cognitivos, Pensamentos Automáticos e Distorções Cognitivas

Ao descrever o funcionamento cognitivo, Rangé (1995) define esquemas como:

"As interpretações que um indivíduo faz do mundo estruturam-se progressivamente, durante seu desenvolvimento, formando regras ou esquemas. Estes esquemas orientam, organizam, selecionam suas novas interpretações e ajudam a estabelecer critérios de avaliação de eficácia ou adequação de sua ação no mundo. Numa analogia, pode-se dizer que funcionam tal com as regras gramaticais na regulação do comportamento verbal" (p.89).

Podemos resumir, dizendo que os esquemas são regras específicas que regem o processamento de informações e o comportamento, e podem ser classificados em uma variedade de categorias como esquemas pessoais, culturais, familiares, religiosos, de gênero e profissionais (Beck e Freeman, 1993).

Os esquemas são definidos como a parte mais antiga da estrutura cognitiva. Representam os padrões de pensamentos adquiridos durante o processo de desenvolvimento do indivíduo, através de representações de experiências passadas, que são utilizadas para construir a percepção e a interpretação dos eventos presentes.

Erros lógicos do pensamento adquiridos durante o período de desenvolvimento formam a parte dos esquemas que predisõem os indivíduos a apresentarem problemas emocionais. Enquanto os esquemas dos indivíduos bem ajustados permitem que eles façam avaliações realísticas dos eventos da vida, os dos indivíduos desajustados resultam em distorções da realidade e facilitam os distúrbios psicológicos (Block e Dobson, 1988).

Na literatura sobre Terapia Cognitiva, as vezes, os termos "esquemas", "regras" e "crenças básicas" são usados de forma intercambiável. Beck (Beck et al., 1979) porém, esclarece que a palavra "esquemas" refere-se às estruturas cognitivas que organizam a experiência e o comportamento, enquanto "crenças" e "regras" representam os conteúdos dos esquemas determinando, assim, o conteúdo do pensamento, afeto e comportamento. Os pensamentos automáticos são vistos como produtos dos esquemas.

Os esquemas são geradores dos pensamentos automáticos, que são verbalizações ou imagens descritas por Rangé (1995) como: "encobertas, específicas, discretas, telegráficas, reflexas, autônomas e indiossincráticas sentidas como plausíveis e razoáveis" (p.90).

Os pensamentos automáticos, que são considerados a parte mais superficial da estrutura cognitiva, provocam emoções correspondentes, e são utilizados como fios condutores para que o terapeuta chegue aos esquemas que os geraram. A partir da análise de ambos (pensamentos automáticos e esquemas) será

possível descobrir quais são as distorções cognitivas subjacentes aos vários distúrbios psicológicos.

Beck descreve as distorções cognitivas como um processamento falho de informações ou como erros lógicos no processamento de informações que podem ocorrer nos pensamentos automáticos. Os erros lógicos ocorrem por causa dos raciocínios falhos, armazenamento falho de informações ou por causa de uma sobrecarga de informações, já que o sistema de processamento de informações humanas é limitado .

Goldrajch (1996), cuja pesquisa investigou a questão do erro cognitivo, afirma que o ser humano só tem acesso à realidade através de interpretações, mas que tais interpretações ou avaliações podem conter uma série de erros lógicos. A autora prossegue dizendo que, segundo o modelo cognitivo, qualquer pessoa pode cometer estes erros lógicos, principalmente nos momentos de maior emoção.

Um dos objetivos da Terapia Cognitiva é a identificação e reestruturação das distorções cognitivas. Para tanto, o terapeuta cognitivo trabalha de maneira didática, instruindo o paciente sobre a diferença entre a realidade e as interpretações da realidade. Explica a existência de distorções cognitivas e trabalha, com a participação ativa do paciente, na identificação das mesmas.

Dattilio e Padesky (1990), terapeutas cognitivos de casais, relacionam as 10 distorções cognitivas mais comuns feitas por casais:

1. INFERÊNCIA ARBITRÁRIA - As conclusões são formadas na ausência de evidências de apoio que as substanciem.
2. ABSTRAÇÃO SELETIVA - As informações são consideradas fora de contexto; certos detalhes são salientados, enquanto outras informações importantes são ignoradas.
3. HIPERGENERALIZAÇÃO - Um ou dois incidentes isolados servem como uma representação de situações similares em qualquer contexto, estando ou não relacionados.
4. MAGNIFICAÇÃO E MINIMIZAÇÃO - Um evento ou circunstância são percebidos sob um prisma maior ou menor do que seria apropriado. Em geral eventos negativos são magnificados, enquanto os positivos são minimizados.
5. PERSONALIZAÇÃO - Eventos externos são atribuídos a si próprio, quando existem evidências insuficientes para esta conclusão.
6. PENSAMENTO DICOTÔMICO - As experiências são codificadas como "tudo ou nada", como um sucesso absoluto ou fracasso total. Também é conhecido como "pensamentos polarizado".
7. CLASSIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO INCORRETA - (Rotulação) Imperfeições e erros cometidos no passado têm o efeito de definir a pessoa.

8. VISÃO DE TÚNEL - Ocasionalmente, os parceiros vêem apenas o que desejam ver, ou o que se ajusta a seu estado mental no momento.

9. EXPLICAÇÕES TENDENCIOSAS - Esta é quase uma suspeita que os parceiros desenvolvem durante períodos de sofrimento, durante os quais existe uma suposição automática de que o companheiro mantém algum motivo velado para suas ações.

10. LEITURA MENTAL - Este é o dom mágico de ser capaz de saber o que o outro está pensando, sem o auxílio da comunicação verbal. Os casais terminam por atribuir intenções negativas a seus parceiros.

As distorções cognitivas apresentadas acima, são as mais comuns feitas por casais, mas são feitas também por indivíduos. Elas não são apenas encontradas na prática clínica, mas, também, no cotidiano.

1.3 O Modelo Cognitivo Aplicado à Terapia de Casais

Dattilio e Padesky (1990) fazem um breve histórico da Terapia Cognitiva com Casais, e afirmam que o enfoque cognitivo deriva-se diretamente da Terapia Conjugal Comportamental. Diversas modificações inovadoras, contudo, ocorreram desde o desenvolvimento da Terapia Conjugal Comportamental.

Uma das limitações da Terapia Conjugal Comportamental é o fato de colocar pouca ênfase na maneira que os indivíduos estruturam seus pensamentos em relação a si e a seus parceiros.

A Terapia Cognitiva difere da Terapia Comportamental à medida que enfatiza, predominantemente, os processos de pensamento e sistema de crença dos cônjuges, sem deixar de reconhecer a necessidade da modificação de alguns de seus comportamentos.

Ellis (1977) foi um dos primeiros autores a falar sobre um enfoque predominantemente cognitivo com casais. Trabalhando com a Terapia Conjugal Comportamental Ellis percebeu que a disfunção conjugal ocorre a partir de avaliações negativas que os cônjuges fazem acerca da relação conjugal e de seu par, quando suas expectativas irrealistas são frustradas. Na sua opinião, a visão, bastante subjetiva e nem sempre real, que os cônjuges têm das ações de seus parceiros, têm um papel relevante nos conflitos conjugais.

Ellis foi o fundador da Terapia Racional Emotiva (T-R-E), cuja teoria enfatiza a interação entre pensamentos, sentimentos e comportamentos. O autor afirma que os casamentos disfuncionais ocorrem quando um ou ambos os cônjuges mantêm crenças irracionais. O resultado de tais crenças é o desenvolvimento de expectativas irrealistas e exigentes que ao serem frustradas produzem grande desapontamento e dão lugar a emoções negativas. Tudo isto cria um ciclo vicioso, que acaba por causar danos cada vez maiores à relação.

A Terapia Racional Emotiva teve um importante papel de apoio aos princípios da Terapia Cognitiva e foi a força propulsora da Terapia Cognitivo-Comportamental.

Existem pontos comuns entre a Terapia Racional Emotiva de Ellis e a Terapia Cognitiva de Beck. Ambas afirmam que:

- a) os indivíduos adotam padrões de raciocínio;
- b) os indivíduos possuem controle sobre seus pensamentos;
- c) as crenças subjacentes que geram os padrões de raciocínio são focos da intervenção terapêutica;
- d) o trabalho do terapeuta é voltado para descobrir o conteúdo específico das cognições e/ou das crenças dos pacientes;
- e) é primordial que os pacientes aprendam a identificar e relatar em detalhes suas cognições disfuncionais, não omitindo o momento em ocorreram e o impacto que tiveram sobre seus sentimentos.

A Terapia Racional Emotiva difere da Terapia Cognitiva no modo como são feitas as intervenções terapêuticas. Na primeira os terapeutas usam a persuasão para convencerem os pacientes de que suas crenças são irracionais, propondo, também, ensinar-lhes uma forma mais adaptativa de vida. A Terapia Cognitiva, contudo, afirma que os pacientes podem aprender a avaliar suas próprias cognições, contando com a colaboração do terapeuta na testagem da validade de suas crenças.

Grande ênfase é dada ao aspecto colaborativo da abordagem, já que a Terapia Cognitiva postula que os indivíduos aprendem a modificar seus pensamentos disfuncionais mais facilmente, se a racionalidade para a mudança vier de seus próprios "insights", ao invés daqueles do terapeuta (Dattilio e Padesky, 1990).

A colaboração entre paciente e terapeuta é tão importante na Terapia Cognitiva, que seu processo é descrito como "empirismo colaborativo" (Beck et al., 1979). O empirismo refere-se ao processo de coleta de dados para a determinação das evidências em prol ou contra as crenças atuais. O processo é colaborativo pois terapeuta e paciente trabalham juntos, passo a passo, no intuito de compreenderem e solucionarem as dificuldades do paciente.

A Terapia Cognitiva com Casais e a Terapia Racional Emotiva tem o objetivo comum, básico, de testar as evidências que apoiam ou refutam as crenças dos parceiros sobre si mesmos e sobre a relação conjugal.

As terapias acima mencionadas diferem quanto às intervenções do terapeuta. Na Terapia Cognitiva com Casais, como na Terapia Cognitiva, o esforço conjunto entre o terapeuta e o casal é visto como um fator de minimização das resistências dos pacientes. O terapeuta torna-se um instrutor de novas habilidades de que o casal necessitará para continuar o processo de testagem e modificação de suas crenças a respeito da relação e de seu par, mesmo fora do contexto terapêutico.

Na Terapia Racional Emotiva, por outro lado, a promoção de mudanças nas crenças dos casais, e na visão particular, muitas vezes irrealista, que cada

indivíduo tem sobre a relação conjugal e sobre seu par, acontecem de forma bem mais diretiva.

Embora Beck tenha dedicado grande parte de sua vida profissional ao estudo das disfunções cognitivas nos quadros de depressão, ansiedade e pânico, ao voltar sua atenção para as disfunções conjugais, percebeu que os casais com problemas apresentavam as mesmas distorções cognitivas que seus pacientes deprimidos ou ansiosos. Os casais, no entanto, não estavam deprimidos ou ansiosos. Eles estavam infelizes, tensos e zangados, e assim como os outros pacientes, tendiam a focalizar e magnificar os aspectos negativos ou considerados errados do casamento, desconsiderando, completamente, os aspectos positivos.

Em seu livro "Love is never enough", Beck (1988) afirma que nas relações conjugais, onde o pensamento claro e a correção dos próprios erros de julgamento são de grande importância, parece que se torna particularmente difícil reconhecermos e corrigirmos os julgamentos errados que fazemos a respeito de nossos parceiros.

O autor acrescenta que embora os cônjuges acreditem que estão falando a mesma língua, o que eles dizem e o que seus parceiros escutam, são coisas, muitas vezes, completamente diferentes. Neste caso os problemas de comunicação agravam, ainda mais, as frustrações e desapontamentos de muitos casais.

Basicamente, a Terapia Cognitiva com Casais é desenhada para ajudar os casais a clarificar seu pensamento e a sua comunicação, de forma a prevenir que os desentendimentos tomem formas cada vez maiores, tornando impossível uma convivência agradável e saudável entre os membros do casal.

Com o surgimento do enfoque cognitivo na psicoterapia, ficou claro que as cognições dos cônjuges acerca de seus pares deveria ser uma parte de considerável importância no processo de mudança. Ficou claro, também, que apenas uma mudança de comportamento seria insuficiente para modificar de modo permanente os tipos de interações disfuncionais intensas, freqüentemente vividas por casais no cotidiano.

A Terapia Cognitiva com Casais possui três importantes focos cognitivos:

1. Modificação de expectativas irrealistas no relacionamento;
2. Correção de atribuições e falhas nas interações do relacionamento;
3. Utilização de procedimentos de auto-instrução para diminuir a interação destrutiva (Dattilio e Padesky, 1990, p.19)

O terapeuta cognitivo de casais tem como preocupação primária a identificação dos esquemas ou crenças dos cônjuges a respeito dos relacionamentos conjugais em geral e, especificamente, sobre o próprio relacionamento.

Dattilio e Rangé (1995) ao comentarem o trabalho de Schlesinger e Epstein (1986), sintetizam o que foi dito acima da seguinte maneira:

"A Terapia Cognitiva Conjugal (TCC) centra a sua atenção nas cognições, as quais são vistas como componentes da discórdia no relacionamento e como contribuindo para a insatisfação subjetiva de cada uma das partes com o relacionamento".
(p.178)

Podemos fazer algumas ligações entre o que foi dito neste capítulo e as expectativas não explícitas dos cônjuges acerca da relação conjugal e de seu parceiro (capítulo 2).

Diferentes esquemas cognitivos ou crenças básicas, geram expectativas diferentes a respeito dos mais variados aspectos da vida. Uma mulher, por exemplo, pode ter a crença de que um bom marido é aquele que telefona durante o dia para saber como ela está. Isto pode significar para ela que ele a ama, se preocupa com ela, etc. Isto, também, gera a expectativa de que ele telefone. O fato de seu parceiro, que tem crenças diferentes das suas, não telefonar, pode levá-la a pensar que ele não a ama o suficiente, ou que não se preocupa com ela.

Um homem, por sua vez, pode ter a crença de que uma boa esposa está sempre em casa quando o marido chega à noite. Isto, freqüentemente, não é falado, pois é percebido como "normal". O fato de sua mulher, que não tem esta crença, chegar em casa depois dele, frustra suas expectativas, influenciando sua opinião a respeito dela.

Os esquemas ou crenças básicas não são conhecidos a priori, assim como não o são as expectativas tácitas por eles geradas. Os esquemas são conhecidos através dos pensamentos automáticos, o que se dá num processo terapêutico, ou, até mesmo, num processo reflexivo.

Ellis, como foi mencionado acima, afirma que as disfunções conjugais ocorrem quando existem crenças irracionais (esquemas irracionais) por parte dos cônjuges. Irracionalidade, para o autor, significa :

"(...) qualquer pensamento, emoção ou comportamento que leve a conseqüências auto-depreciativas ou auto-destrutivas que interfiram significativamente na sobrevivência e felicidade do organismo (...)" (Ellis, 1976, p.145).

O autor acrescenta que as crenças irracionais geram expectativas irrealistas e exigentes que quando violadas produzem desapontamento e frustração.

Quando falamos sobre expectativas não explícitas no presente trabalho, o que temos em mente é que como os esquemas conjugais dos parceiros são diferentes, suas expectativas são, não apenas diferentes, como desconhecidas pelo outro e, muitas vezes, por ele próprio. É relevante lembrar que os esquemas foram desenvolvidos em contextos individuais diferentes, muitas vezes em épocas e até culturas diferentes.

No capítulo 2 investigaremos a noção de expectativas e sua importância para as relações conjugais.

CAPÍTULO 2

AS EXPECTATIVAS NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

2.1 O Papel das Expectativas nos Conflitos Conjugais

"Não há casamento sem conflito, e solucionar este conflito faz com que a pessoa cresça e se desenvolva. Para a maioria das pessoas, a decisão consciente de casar-se é uma tentativa de encontrar felicidade e conforto e não de solucionar conflitos. Contudo, no seu íntimo, a maioria dos casais sabe que estes últimos são inseparáveis dos primeiros " (Pincus e Dare, 1981, p. 35).

Os conflitos conjugais podem ser atribuídos aos mais diversos fatores. A literatura aponta para algumas causas chamadas de manifestações externas dos problemas conjugais (Sager, 1983). Algumas dessas causas se manifestam através de conflitos na comunicação, na sexualidade, na falta de concordância sobre a vida social ou sobre o uso do dinheiro, na educação dos filhos, nas interferências das famílias de origem dos cônjuges, nas interferências da vida profissional na vida conjugal, nas diferenças entre os projetos de vida dos cônjuges, entre outras (Sager, 1983; Beck, 1988).

Ao analisarmos estes conflitos através da literatura e da prática clínica, buscamos encontrar pontos comuns às suas diferentes manifestações externas. Observamos que as expectativas dos cônjuges a respeito de seu par e da própria

relação conjugal permeiam os diferentes conflitos, e influenciam suas opiniões não só no que diz respeito a seu par, como no que diz respeito à relação propriamente dita.

A literatura especializada nos mostra que autores de diferentes correntes teóricas falam sobre expectativas ao analisarem as disfunções conjugais.

Beck (1988) afirma que muitas brigas de casais começam por causa da frustração das expectativas tácitas de cada um. O autor acrescenta que por não perceberem a fonte real do problema, os cônjuges atribuem o fato às características negativas do outro, e não a um desencontro de suas expectativas.

Em seu artigo " Unrealistic beliefs of clinical couples; their relationship to expectations, goals and satisfaction," Epstein e Eidelson (1981) mostram que uma associação entre disfunção conjugal e a frustração das expectativas dos cônjuges já havia sido apontada por O'Leary e Turkewitz (1978).

Dattilio e Padesky (1990), Epstein (1982), Jacobson e Margolin (1979) são unânimes em afirmar que as expectativas que cada pessoa traz ao relacionamento criam uma dinâmica importante em cada união e têm sido um foco para a maioria dos terapeutas cognitivos que tratam de casais.

Diferentes autores analisam a questão das expectativas de formas diversas. Rotter (1954), em seu modelo de aprendizagem social do comportamento, incluiu um conceito central cognitivo das expectativas que os indivíduos têm sobre as probabilidades de resultados em situações específicas na vida. De acordo com o modelo acima mencionado, a probabilidade de um indivíduo apresentar um

comportamento vai depender de sua expectativa subjetiva a respeito dos resultados obtidos pela apresentação de tal comportamento, e da importância que tais resultados possuem na sua escala de valores.

Rotter (1954) faz uma diferença entre expectativas específicas, que dizem respeito às previsões específicas, e expectativas generalizadas, que são mais globais e estáveis. O autor mostra que tanto as expectativas quanto a valorização dos resultados são determinados por um aprendizado que ocorre precocemente na vida do indivíduo (Baucom e Epstein, 1989).

Bandura (1977) enfatiza a importância do papel da cognição no processo de aprendizagem, descrevendo a capacidade dos indivíduos de antecipar prováveis consequências de suas atitudes, e assim modificar seu comportamento para produzir ou evitar determinadas consequências.

O autor faz uma distinção entre expectativas de resultados e expectativas de eficácia. A expectativa de resultado é o que o indivíduo espera que aconteça em determinada situação, se ele apresentar um determinado comportamento. A expectativa de eficácia é a convicção do próprio indivíduo de que ele é capaz de executar o comportamento necessário para produzir determinado resultado.

Comentando os trabalhos de Rotter (1954), e de Bandura (1977), Baucom e Epstein (1989) afirmam que as interações conjugais são influenciadas por uma seqüência de decisões quase que instantâneas que os dois cônjuges têm que tomar em relação ao seu comportamento, na expectativa subjetiva de obterem um determinado resultado.

Baucom e Epstein (1989) mostram que as expectativas servem para dar aos indivíduos a percepção de que eles podem entender, prever e controlar os acontecimentos em suas vidas, além de desempenharem um papel ativo no processo de tomada de decisões.

Embora considerem o desenvolvimento acurado e a aplicação das expectativas um processo altamente adaptativo e que permite uma interação eficiente nas relações humanas, os autores acima enfatizam que quando as expectativas são baseadas em informações incorretas e são aplicadas de maneira ilógica, elas podem, facilmente, levar os cônjuges a tomarem decisões também incorretas em relação a seu parceiro. Dentro do modelo de mediação cognitiva proposto por Baucom e Epstein, uma expectativa incorreta pode elicitar não só comportamentos inadequados em relação ao cônjuge, como também respostas emocionais inadequadas.

Dattilio e Padesky (1990) afirmam que os indivíduos, em seus relacionamentos, mantêm alguma antecipação com relação às múltiplas necessidades que serão atendidas pelos parceiros. Frequentemente, essas expectativas ou previsões levam a distorções e são transformadas em demandas irrealistas. As expectativas irrealistas acabam produzindo desapontamento e frustrações, que geram interações negativas entre os membros do casal (Beck, 1988; Ellis et al., 1989).

Rotter (1954) fala de expectativas específicas e generalizadas; Bandura (1977) faz uma distinção entre expectativa de resultado e expectativa de eficácia; e Beck (1988), Dattilio e Padesky (1990), Ellis et al. (1989) referem-se às expectativas irrealistas em seus trabalhos sobre relações conjugais.

Desde as primeiras pesquisas para o presente trabalho, fizemos uma distinção entre expectativas explícitas e não explícitas, baseada, principalmente, na escuta do discurso dos pacientes na prática clínica. Foi em consequência desta distinção, e das demandas dos próprios pacientes que começamos a buscar maiores informações sobre o papel das expectativas nos conflitos conjugais, através de pesquisa teórica e de trabalho de campo.

As expectativas explícitas, como a própria palavra define, são aquelas expectativas conhecidas, muitas vezes verbalizadas que os cônjuges têm a respeito da relação conjugal e do seu parceiro. É comum ouvirmos as pessoas falarem de suas preferências e desejos quando falam de casamento ou do tipo de parceiro/a que gostariam de ter. Provavelmente, todos nós já ouvimos alguém dizer que gostaria de casar-se com uma pessoa carinhosa, romântica, independente, intelectual, etc. Isto é o desejado, o esperado, e é falado explicitamente.

As expectativas não explícitas, ao contrário das anteriores, não são faladas nem pensadas como expectativas e, segundo autores que seguem o modelo cognitivo, têm origem nas chamadas crenças básicas sobre o relacionamento (Dattilio e Padesky, 1990; Beck 1988).

As crenças básicas de um indivíduo são chamadas de esquemas no modelo cognitivo. Os esquemas, como foi mencionado no capítulo 1, são formados precocemente na vida e são o fundamento para os pensamentos e as ações dos indivíduos em qualquer relacionamento (Dattilio e Padesky, 1990). São crenças

incondicionais e inflexíveis, percebidas como naturais e universais, não sendo questionadas pelo indivíduo.

Dattilio e Rangé (1995) dizem o seguinte a respeito das crenças básicas sobre os relacionamentos:

"Em terapia de casais (Terapia Cognitiva de Casais/ TCC), esquemas são crenças sobre os relacionamentos em geral, e mais especificamente, acerca do seu próprio relacionamento. As crenças básicas sobre relacionamentos e sobre a natureza da interação do casal são aprendidas precocemente na vida, com base em fontes primárias, tais como os pais e os meios de comunicação de massa e geram expectativas que se desenvolvem a partir das primeiras experiências de namoro " (p. 178).

Segundo Beck (1988), essas crenças disfuncionais a respeito dos relacionamentos, muitas vezes não estão claramente articuladas na mente de um indivíduo, existindo apenas conceitos vagos de como as coisas devem ser.

A literatura sobre terapia conjugal tem dado considerável atenção ao papel de variáveis cognitivas tais como crenças, expectativas e atribuições, como nos mostra a pesquisa de Epstein e Eidelson (1981). Os autores afirmam que respostas negativas dos cônjuges, tanto no âmbito psicológico como no emocional e comportamental, são mediadas por crenças irrealistas ou irracionais (os termos são intercambiáveis na literatura) a respeito do funcionamento das relações interpessoais.

Em sua pesquisa, Epstein e Eidelson investigaram o papel das crenças irrealistas na compreensão das expectativas e dos objetivos dos casais em terapia, assim como o nível de desgaste da relação conjugal.

Segundo os autores, as crenças podem criar expectativas ou demandas de uma relação sem problemas e, conseqüentemente, reduzir o nível de tolerância em relação aos inevitáveis conflitos conjugais do dia-a-dia. Ao avaliar o seu casamento com bases em parâmetros irrealistas, as chances do cônjuge de sentir-se desapontado ou insatisfeito, são grandes.

Ao compararem pacientes que tinham crenças irrealistas sobre o casamento, com pacientes que não tinham, Epstein e Eidelson levantaram as seguintes hipóteses:

1. Para tais pacientes (que tinham crenças irrealistas) havia uma expectativa mais baixa em relação ao sucesso da terapia.
2. Havia menos desejo de melhorar a relação conjugal.
3. Havia uma maior preferência por terapia individual versus terapia de casal.
4. Havia um nível de satisfação geral mais baixo em relação ao casamento.

Albert Ellis, fundador da Terapia-Racional-Emotiva (T-R-E), que em 1993 passou a ser chamada de Terapia-Racional-Emotiva-Comportamental, devido ao caráter comportamentalista de suas intervenções terapêuticas, baseou seu trabalho clínico na hipótese de que a modificação das crenças irracionais no pensamento dos indivíduos, produziria efeitos marcantes em suas emoções e comportamentos (Goldrajch, 1996)

A. Ellis (1977), foi um dos primeiros a relatar um enfoque predominantemente cognitivo com casais, propôs que:

"(...) a disfunção conjugal ocorre quando os cônjuges mantêm expectativas irreais acerca do casamento e fazem avaliações negativas extremas, quando não estão satisfeitos" (Ellis citado em Dattilio e Padesky, 1995, p.17).

A. Ellis (1977) propõe 32 hipóteses que orientam a sua prática clínica, e referem-se a sua teoria da emoção e da personalidade. A hipótese de número nove aponta para a influência das expectativas na avaliação das situações.

Hipótese N.9: Influência das expectativas

"Quando as pessoas esperam que algo irá acontecer ou que alguém irá reagir de determinada forma, elas agem de forma significativamente diferente de quando têm outros tipos de expectativas. As expectativas influenciam tanto o grau dos distúrbios emocionais como a própria forma que vão reagir à terapia e aos seus terapeutas. Na terapia racional-emotiva (...) os terapeutas podem utilizar as expectativas dos clientes para auxiliá-los a superar os seus distúrbios" (p.8).

Goldrajch (1996), ao comentar o trabalho de Ellis, conclui que quanto maior for a dissonância entre as expectativas e os resultados objetivos, maior será o descontentamento dos indivíduos.

2.2 As Expectativas em Forma de Regras, Pacto ou Contrato Conjugal

O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Ferreira, 1986) define como expectativa " Esperança fundada em supostos direitos, probabilidades ou promessas ".

Alguns autores mencionam as expectativas como um contrato implícito, um pacto conjugal ou, mesmo, um conjunto de regras tácitas.

Maldonado (1986), por exemplo, fala da existência de um contrato explícito e um implícito nas relações. Afirma que, "Nas diferenças - às vezes colossais - entre o contrato explícito e o implícito, acumulam-se ressentimentos, expectativas não cumpridas, frustrações, desilusões " (p.30).

Beck (1988) afirma que os cônjuges mantêm certas expectativas de retorno de seu investimento na relação. O autor acrescenta que essas expectativas formam um contrato implícito ou "pacto conjugal ", que raramente é tornado explícito. Quando um dos cônjuges, mesmo sem ter consciência, viola o pacto, o outro se sente frustrado ou traído. A manutenção do pacto é percebida como símbolo de carinho e confiança. Para isto é necessário que cada um seja capaz de perceber as expectativas do outro, e que tenha motivação e capacidade para atendê-las.

Em um capítulo sobre o estabelecimento de regras no casamento, Beck (1988) afirma que ao adaptarem os sonhos e fantasias às realidades do casamento, alguns cônjuges aprendem a conviver, ainda que com tristeza, com a situação. Outros, contudo, não conseguem. As expectativas, ao invés de diminuírem, são progressivamente exacerbadas e acabam sendo substituídas por uma exigência. O autor acrescenta, que neste caso, ao invés de tristeza por não terem os desejos atendidos, o sentimento dos cônjuges é de rancor porque as regras foram transgredidas.

O autor prossegue dizendo que:

"Num certo sentido, as regras se transformam numa verdadeira obrigação para o parceiro, como o pagamento de impostos. Quando não se cumpre com essa obrigação, se é visto como transgressor de uma lei, e assim uma penalidade parece justificada, em geral na forma de repreensão, de insulto. Os problemas surgem quando essa linha de pensamento dificilmente é explicitada. Tais regras conjugais, irrevogáveis são impostas sem que o outro saiba de sua existência - e estão em vigência sem que o outro tenha concordado com elas" (Beck, 1988, p.82).

Além da transgressão de regras não explícitas, um outro motivo de ressentimento entre os casais, segundo Beck, é a suposição dos cônjuges que suas expectativas são universais. Eles, muitas vezes, acreditam que o outro deve saber o que querem, sem que haja a necessidade de falar sobre o assunto. O autor enfatiza que a expectativa de que o parceiro seja "telepático" é encontrada com frequência nos relacionamentos com problemas.

Para ilustrar a suposição dos cônjuges que suas expectativas são universais, Beck (1988) dá o exemplo de uma paciente que dizia, " Todo mundo sabe que um bom marido é acessível à esposa quando esta quer discutir um problema com ele " (p.83). Comenta que a visão da paciente era baseada em seu modelo familiar, onde a mãe telefonava para o pai no trabalho quando queria discutir um problema doméstico. O marido da paciente, ao contrário, vinha de uma família onde qualquer problema, dificilmente, era discutido. Consequentemente, o que era visto como natural e universal para a mulher, não tinha tal significado para o marido.

Na opinião de Beck, que coincide com a de Baucom e Epstein (1989), saber o que esperar do cônjuge proporciona um sentimento de estabilidade, não só no planejamento dos vários aspectos da vida conjugal, como no lidar com as crises e nas tomadas de decisões. O autor conclui que essas expectativas que ele chamou de partilhadas, servem " à função vital que proporciona ao casal as diretrizes para o que esperar de cada um dentro do relacionamento" (p.86).

As expectativas que Beck chamou de ocultas, ao contrário das anteriores, desestabilizam e desagregam o relacionamento.

Sager (1971, 1976, 1977) desenvolveu o conceito de contrato conjugal individual e da tipologia das relações conjugais, com o objetivo de melhor compreender as complexidades dos casais.

O autor esclarece que ao mencionar um contrato conjugal, ele não se refere a um documento legal, ou mesmo a um acordo escrito entre os cônjuges. O contrato conjugal é descrito como os conceitos expressos e não expressos, dos quais o cônjuge tem ou não consciência de suas obrigações na relação conjugal, e dos benefícios que ele espera do casamento em geral, e de seu parceiro em particular. Acrescenta que o que deve ser enfatizado, acima de tudo, é o aspecto de reciprocidade do contrato. O que cada cônjuge espera dar, e o que ele espera receber de seu parceiro em troca, é crucial para esse conceito. Os contratos abrangem todos os aspectos da vida familiar; relacionamentos com amigos, sexo, poder, atividades de lazer, dinheiro, filhos, etc.

Embora o contrato seja baseado em desejos e necessidades individuais não verbalizados e, até, fora da consciência, os cônjuges agem como se todas as

"cláusulas" tivessem sido discutidas e concordadas. Enquanto o indivíduo pode até ter uma certa consciência de suas necessidades, ele desconhece, na maioria das vezes, as "cláusulas" do contrato de seu cônjuge. Cada um supõe que ao tentar responder às necessidades que ele percebe como sendo de seu parceiro, está assegurando que, em troca, suas necessidades também serão atendidas. Quando isto não acontece, os cônjuges se sentem desapontados, insatisfeitos, deprimidos e raivosos (Sager, 1983).

Sager descreve diferentes níveis de conscientização e verbalização dos contratos individuais. No primeiro nível existe uma conscientização das necessidades e desejos, e eles são verbalizados em linguagem clara e compreensível. No segundo, a conscientização existe, o cônjuge pensa sobre suas expectativas, planos, crenças e fantasias, mas não os verbaliza para seu par por razões pessoais (medo, vergonha, raiva ou manipulação). O terceiro nível compreende necessidades e desejos que estão mais ou menos fora da consciência.

Os contratos não são estáticos. Eles se modificam com o tempo, e com as próprias modificações das necessidades e das expectativas.

Os contratos individuais se expressam através de um contrato interacional, que pode conter elementos dos dois, ou pode ser diferente. O contrato interacional proporciona o campo interacional onde os cônjuges procuram fazer valer o seu contrato individual, incluindo todas as cláusulas realistas, irrealistas e ambivalentes nele contidas. É o espaço onde cada um tenta alcançar seus próprios objetivos e pressiona o outro a se portar de acordo com a sua idéia do que é o casamento.

O contrato interacional é diferente para cada casal. Ele resulta dos desejos e propósitos mais básicos, além das defesas individuais de cada cônjuge e pode conter elementos positivos e negativos.

O conceito de contrato individual e interacional é utilizado em algumas terapias conjugais. Segundo Sager (1983), à medida que os casais tentam escrever ou pensar sobre seu contrato individual, o terapeuta consegue ter acesso aos elementos do contrato interacional e, conseqüentemente, consegue ajudar o casal a visualizar de que maneira ele está funcionando na relação conjugal. A idéia é que a partir desta conscientização, os cônjuges possam reescrever um novo contrato único. O contrato interacional, que é diferente do contrato único, tem a possibilidade de ser modificado como resultado das resoluções dos contratos individuais, e do esforço direto do terapeuta de tentar melhorar a qualidade da interação conjugal (Sager, 1983).

A noção de "contratos" não verbalizados e de regras não mencionadas ou acordadas pelos casais, nos remete, mais uma vez, à idéia das expectativas não explícitas dos cônjuges de como deve ser o casamento, e o que deve ou não acontecer numa relação conjugal.

A análise dos dados obtidos no estudo de campo (capítulo 3) nos permitirá uma maior compreensão dos tipos de expectativas presentes nas relações conjugais, sua influência nos conflitos, além da forma como são expressas por homens e mulheres.

CAPÍTULO 3

ESTUDO DE CAMPO

3.1 Sujeitos

A seleção dos 12 sujeitos para a presente pesquisa, 6 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, obedeceu aos seguintes critérios:

- a) estar casado (legal ou consensualmente) há 3 anos, no mínimo.
- b) ter o perfil sócio-econômico e cultural de classe média.
- c) ter filho(s) da união.
- d) não ter tido outra relação conjugal anteriormente.

Selecionamos sujeitos com tempo mínimo de três anos de casados, por considerarmos que este tempo seria o suficiente para que tivesse havido não apenas uma adaptação à vida conjugal, como o estabelecimento de uma rotina, e a chegada de filhos.

A escolha de sujeitos que tivessem o mesmo perfil sócio-econômico e cultural, visou atenuar as variáveis presentes em sujeitos com universos simbólicos e conjunto de valores muito diferentes.

Buscamos sujeitos que tivessem filhos por termos observado, através da literatura e da prática clínica, que as relações conjugais tendem a sofrer algumas modificações após o nascimento dos filhos.

A escolha de sujeitos que não tivessem experiências conjugais anteriores foi baseada em pesquisas que apontam para uma série de diferenças entre casais recasados e de primeiro casamento (Féres-Carneiro, 1987; Sager et al., 1983; Visher e Visher, 1988).

Consideramos casados sujeitos que coabitavam há mais de três anos, independente do estado civil. Dos 12 sujeitos entrevistados, apenas um não era casado legalmente. Sobre casamento religioso não houve indagação.

Os sujeitos foram divididos em dois grupos: a) grupo das mulheres; b) grupo dos homens. Quanto a faixa etária o grupo das mulheres variou de 30 a 49 anos (trinta a quarenta e nove anos), e o grupo dos homens variou de 30 a 50 anos (trinta a cinquenta anos). Utilizaremos as iniciais M e H seguidas dos números 1 a 6 para indicar os sujeitos dos grupos das mulheres e dos homens, respectivamente.

MULHERES

M1 - Professora, 30 anos, 2 filhos, casada há 9 anos e meio.

M2 - Comunicóloga/ Professora, 32 anos, 2 filhos, casada há 9 anos.

M3 - Geóloga/ Professora, 38 anos, 1 filho, casada há 15 anos.

M4 - Administradora de empresas, 42 anos, 1 filha, casada há 17 anos.

M5 - Professora, 47 anos, 2 filhos, casada há 26 anos.

M6 - Pedagoga, 49 anos, 2 filhos, casada há 27 anos.

HOMENS

H1 - Economista/Consultor, 30 anos, 2 filhos, casado há 7 anos e meio.

H2 - Analista de sistemas, 33 anos, 1 filha, casado há 10 anos.

H3 - Músico/Professor, 38 anos, 1 filho, casado há 3 anos e dois meses.

H4 - Engenheiro, 43 anos, 1 filho, casado há 6 anos e meio.

H5 - Economista, 48 anos, 3 filhos, casado há 24 anos.

H6 - Economista/Professor, 50 anos, 2 filhas, casado há 24 anos.

Através da divisão de gênero, buscamos estabelecer relações e diferenças entre as expectativas explícitas e não explícitas, e crenças realistas e irrealistas das mulheres e dos homens em relação ao casamento e ao parceiro(a).

A seleção dos sujeitos foi realizada através da indicação de amigos e conhecidos da pesquisadora, o que facilitou a aproximação entrevistados/entrevistadora.

Os sujeitos possuíam, em sua maioria, nível de instrução superior. Dados mais detalhados sobre os entrevistados serão apresentados no Anexo 1.

3.2 - Instrumento

Selecionamos como instrumento para a coleta de dados a entrevista semi-estruturada.

O instrumento escolhido nos permitiu maior flexibilidade na formulação e na ordem das perguntas, que variavam de acordo com a direção dada pelos sujeitos. Embora houvesse um roteiro a ser seguido, não importou a ordem em que os temas foram abordados, quando isto aconteceu de forma natural dentro da entrevista.

A escolha deste instrumento nos permitiu, ainda, investigar as expectativas e crenças dos entrevistados acerca de diversos aspectos do casamento, e a relação destas com os conflitos conjugais.

A partir do estudo teórico de aspectos que seriam potencialmente conflitantes nas relações conjugais, realizamos um estudo-piloto com a entrevista elaborada e selecionamos os seguintes temas para constituírem o roteiro de entrevista: comunicação entre os membros do casal, sexualidade, vida social/lazer, educação/criação dos filhos, relação com a família de origem de cada membro do casal, relação vida profissional/casamento, utilização do dinheiro, relação conjugal/cônjuge e conflitos.

3.3 . - Método

Para a investigação das expectativas explícitas e não explícitas dos sujeitos entrevistados acerca do casamento e do cônjuge, utilizamos a seguinte metodologia.

Após a realização da revisão da literatura sobre o tema a ser pesquisado, nos encaminhamos para o estudo de campo. A princípio traçamos critérios para a escolha dos sujeitos, como foi relatado no item 3.1 .

Iniciamos o estudo de campo com a realização de um estudo-piloto, visando aprimorar o instrumento de pesquisa. No estudo piloto foram entrevistados 4 sujeitos, cujos relatos não foram incluídos na análise definitiva de dados. O objetivo foi de aprimorar a entrevista, avaliando se as questões propostas nos permitiam vislumbrar as expectativas explícitas e não explícitas dos entrevistados. Observamos que a entrevista era demasiadamente extensa, nos proporcionando um excesso de dados que, posteriormente, não seriam utilizados, o que nos permitiu fazer as modificações necessárias.

A construção da entrevista-piloto foi baseada na revisão da literatura. Os temas apresentados no item anterior permaneceram os mesmos nas entrevistas definitivas.

Após o estudo piloto, partimos para a realização das entrevistas definitivas. Foram entrevistados 12 sujeitos, 6 mulheres e 6 homens. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos entrevistados. A entrevistadora se comprometeu com os sujeitos a manter sigilo a respeito de suas identificações.

As entrevistas tiveram a duração média de 45 minutos, transcorrendo sem dificuldades. A entrevistadora propunha os temas, e embora tivesse em mente questões a serem respondidas, procurava tratar a entrevista como uma conversa informal. A maioria dos entrevistados pareceu estar à vontade, ilustrando suas respostas com exemplos, e, muitas vezes, esquecendo a presença do gravador. A escolha do local da entrevista ficou a critério dos entrevistados. Alguns escolheram as próprias casas, enquanto outros preferiram o consultório da entrevistadora, alegando uma maior privacidade ou proximidade do trabalho.

Posteriormente foi feita a transcrição das entrevistas, com trocas de todos os nomes por ventura mencionados pelos entrevistados (filhos e cônjuges), além de dados de identificação como nome de empresas onde trabalham. Na etapa final foi feita uma análise do discurso dos entrevistados, com o objetivo avaliar as expectativas dos sujeitos em relação ao casamento e aos cônjuges, assim como a ligação destas expectativas com os conflitos conjugais.

3.4 Análise e Discussão do material obtido

Na análise do material obtido utilizamos somente sete temas dos nove abordados nas entrevistas, por observarmos que duas das categorias não acrescentavam informações adicionais. A análise das categorias foi feita através da dimensão EXPECTATIVAS. O roteiro de entrevistas foi elaborado de forma a termos

acesso a informações que nos apontem para expectativas explícitas, não explícitas e a dados da realidade atual da vida dos sujeitos.

São as seguintes as categorias de análise utilizadas: a) comunicação entre os membros do casal; b) sexualidade; c) vida social/lazer; d) educação/criação dos filhos; e) utilização do dinheiro; f) relação conjugal/cônjuge; g) conflitos.

As categorias foram analisadas considerando o grupo das mulheres e o grupo dos homens, buscando semelhanças e diferenças intra e inter-grupos. A seguir apresentamos a análise e discussão dos dados obtidos dentro de cada categoria, ilustrando-as, algumas vezes, com transcrições de falas dos entrevistados, o que permite uma análise mais rica dos sentimentos, expectativas e crenças dos sujeitos.

3.4.1 A Comunicação entre os Membros do Casal

A categoria comunicação entre os membros do casal refere-se à forma como os sujeitos percebem a comunicação entre eles e seus parceiros. Os sub-ítem utilizados para investigar esta categoria apontam não apenas para a qualidade da comunicação verbal e não verbal (boa, má, difícil, etc.), como para as expectativas dos sujeitos acerca da comunicação no casamento.

Das seis mulheres entrevistadas, duas consideraram a comunicação entre elas e seus cônjuges muito boa. Uma considerou a comunicação boa, admitindo, porém, que tanto ela quanto seu parceiro eram pessoas "fechadas", com dificuldades de falar sobre assuntos pessoais. Outra avaliou a comunicação entre ela e o cônjuge

como "média", porém, depois de falar mais um pouco sobre o assunto, concluiu que a comunicação não era boa. As duas últimas usaram palavras como "muito difícil" e "inexistente", para descrever a comunicação com seus parceiros.

Quanto às expectativas das entrevistadas em relação à comunicação no casamento, tivemos a oportunidade de observar expectativas explícitas, que apareceram em respostas a perguntas diretas, e não explícitas, que surgiram através das atribuições e crenças das entrevistadas em relação aos assuntos abordados.

No caso das entrevistadas que consideraram a sua comunicação com os cônjuges muito boa, verificamos que a primeira considerava a comunicação importante.

"Sou comunicóloga e acho que quem não se comunica se trumbica. Sempre a base da relação foi o diálogo" (M2, 32 anos).

A expectativa de poder "falar tudo", "companheirismo" e "intimidade" esteve presente no discurso de três das seis mulheres entrevistadas.

Algumas vezes as expectativas apareceram de forma explícita nos discursos.

"Eu acho que eu fantasiei muito o casamento. Eu tinha uma visão muito fantasiosa, muito romântica, muito Cinderela do casamento e da comunicação. Eu achava que a relação era uma coisa muito mais cheia de fantasia do que na realidade é" (M6., 49 anos).

"Achava que a comunicação no casamento fosse melhor do que no namoro e no noivado ... foi bem diferente do que eu imaginava" (M3., 42 anos).

Outras vezes vamos encontrar as expectativas em contradições dentro de respostas sobre um mesmo tema. Uma das entrevistadas, por exemplo, considerou sua comunicação com o parceiro boa e da forma que ela esperava que fosse acontecer no casamento. Depois admitiu que ambos tinham dificuldades de falar sobre "coisas pessoais". Mais adiante fala da expectativa que tinha de uma comunicação que suscitasse intimidade, companheirismo, onde se pudesse falar "de tudo".

As entrevistadas que não consideraram a qualidade da comunicação que tinham com os parceiros boa, atribuíram a eles a causa das dificuldades. A primeira afirmou que o marido era "super fechado" e incapaz de iniciar qualquer conversa que levasse a resolução dos problemas do casal. Ela conseguia perceber sua insatisfação pela absoluta falta de comunicação verbal.

A segunda atribuiu a dificuldade na comunicação ao fato do parceiro entrar em "competição", todas as vezes que falavam de qualquer assunto relacionado à área intelectual. Esta mesma entrevistada deixou claro uma crença sua em relação aos homens em geral.

"(...) eu acho que falta disponibilidade, até afetiva, para entender o outro, ouvir o outro, para saber o que se passa com o outro ... e isso é uma coisa que eu observo, é que todo homem é por aí também, falta muito essa ... é mais egocentrado, entendeu? ... não tem disponibilidade para só dar... ." (M6., 49 anos).

A terceira acredita que o casal precisa falar mais sobre a relação, e diz ter cansado de insistir com o marido para conversarem sobre suas dificuldades. Como ele se nega a fazê-lo, o casamento, na sua opinião, não tem como melhorar.

Dos seis homens entrevistados, dois disseram que a comunicação entre eles e suas parceiras era muito boa, um afirmou que a comunicação era constante, mas nem sempre explícita, já que muitas vezes sua mulher tirava conclusões incorretas a respeito do que ela acreditava que seria sua opinião, sem perguntar. Outro sujeito considerou a comunicação com sua parceira "normal". Ao ser questionado sobre sua interpretação do que era uma comunicação "normal" explicou que era uma comunicação "na média", "não é diferente da maioria de casais de amigos". O mesmo sujeito acrescentou que a resposta seria diferente se a entrevistadora tivesse perguntado se eles concordavam ou tinham opiniões semelhantes acerca dos assuntos que falavam. Um dos sujeitos entrevistados concluiu que depois de 24 anos de casado "se consegue falar sobre qualquer assunto", mas admitiu que a mulher era bem mais "espontânea" do que ele, pensando menos antes de falar, e em certas circunstâncias dizendo coisas "extremamente chocantes" para ele. O último sujeito afirmou que tinha uma boa comunicação com sua parceira, e que conseguiam falar sobre qualquer assunto, embora tenha feito um paralelo constante entre comunicação e privacidade. Para este sujeito, nem todos os aspectos da vida precisam passar pela comunicação, já que considera o que ele chamou de privacidade um elemento bastante relevante dentro de uma relação. Acrescenta que esperava casar com uma pessoa que entendesse o seu ponto de vista a este respeito.

Um dos sujeitos que definiu sua comunicação no casamento como muito boa, e, em grande parte, como ele esperava que fosse, ao ser indagado se havia algum aspecto da comunicação que poderia ser melhorado, respondeu:

"Acho que sim. É cada vez mais difícil explicar para ela as angústias que vêm do meu trabalho, as responsabilidades. Isso é uma área que ainda não consegui mostrar que ela deveria exigir menos ... " (H1., 30 anos).

A afirmação nos leva a inferir que ele esperava poder dividir suas angústias e falar sobre as responsabilidades do trabalho com sua parceira. Aqui está um exemplo do que estamos chamando de expectativa não explícita, já que explicitamente ele declara que a comunicação no casamento é em grande parte como ele esperava, e é muito boa.

O mesmo sujeito, após ter dito que conversava com sua parceira sobre todo e qualquer assunto, insistindo em dizer que tudo era compartilhado, acrescentou que havia um "probleminha na comunicação" :

"(...) minha esposa tem o senso de humor relativamente baixo. Ela é tímida e reservada com as pessoas que não conhece, e excessivamente crítica com as que conhece bem. É uma pessoa de valores e moral muito rígidos e fala tudo que de alguma forma a incomoda. As vezes acho que ela se zanga com facilidade. Tento, até por adaptabilidade, moderar o que falo para evitar que ela fique nervosa".

O segundo sujeito que afirmou que sua comunicação com a sua parceira era muito boa, acrescentou que considerava a comunicação um dos aspectos mais importantes numa relação, e disse ainda que achava que tinha escolhido sua parceira

porque percebeu que tinham uma boa comunicação, e que era uma pessoa em que ao mesmo tempo podia acreditar sempre. Ao ser indagado sobre expectativas acerca da comunicação no casamento, insistiu em dizer que "não esperava nada, não casei imaginando nada ...".

Podemos inferir, que uma pessoa que considera a comunicação na relação conjugal um aspecto tão relevante como foi demonstrado pelo sujeito, mantenha algum tipo de expectativa em relação a este aspecto. Isto fica claro na seguinte afirmação do mesmo sujeito:

"Acho que quando você casa tem uma coisa que é comum a todo mundo, e eu também sou assim, você espera que o outro saiba o que você está experienciando, vivendo, seus problemas, e espera que a outra pessoa faça tudo, sem você pedir, para minorar o problema, melhorar a situação, sem você dar um pio" (H3., 38 anos).

Com esta afirmação o sujeito aponta para sua crença a respeito de uma expectativa que considera "comum a todo mundo", a expectativa de que o outro, por ser o seu parceiro, saiba das suas necessidades, e tente supri-las, sem que seja preciso pedir, "sem você dar um pio".

Em relação às expectativas acerca da comunicação no casamento, H2 disse que nunca havia pensado nisso, mas acreditava que talvez algumas questões que precisavam melhorar em seu relacionamento com a parceira envolvessem a comunicação.

Outro sujeito negou a existência de qualquer expectativa em relação à comunicação no casamento, afirmando que tudo acontecia de maneira muito espontânea. Atribuiu as dificuldades na comunicação à falta de dinheiro suficiente para fazer mais viagens, ter mais atividades de lazer, e a certas circunstâncias externas que afetam o humor de sua parceira.

"Se tivéssemos a chance de viajar mais, fazer planos, isso evitaria uma série de coisas... de insatisfações. A falta de perspectiva deixa a minha mulher muito tensa, e a tensão acaba atrapalhando a nossa comunicação" (H6., 50 anos).

Um outro sujeito deste grupo admitiu que esperava uma comunicação maior no casamento. Mais adiante deixou claro que o que ele considerava uma comunicação maior era aquela que propiciasse uma modificação na atitude e na opinião dos parceiros. Esperava que a comunicação não fosse utilizada apenas para transmitir opiniões.

Bach e Wyder (1969) afirmam que por sua intensidade e intimidade, a relação conjugal é particularmente vulnerável aos desentendimentos na comunicação, e que este problema intensifica-se em relações onde há hostilidade e expectativas negativas.

Embora as expectativas acerca da comunicação entre os membros do casal, no presente estudo, tenham aparecido em ambos os grupos, podemos perceber algumas diferenças.

Uma das diferenças aponta para uma certa coerência entre a maneira como as mulheres qualificam a comunicação entre elas e seus parceiros e o que dizem, depois, a respeito do assunto. O mesmo não aconteceu com os homens, que qualificaram a comunicação de muito boa, por exemplo, para depois descreverem uma série de dificuldades que contrastavam com que havia sido dito antes.

A outra diferença observada entre os grupos na análise desta categoria refere-se à atribuição. As mulheres que afirmaram ter dificuldades na comunicação com os parceiros, atribuíram a responsabilidade do fato aos seus cônjuges. A atribuição foi feita sempre de forma direta e clara, não deixando lugar para inferências por parte da pesquisadora. Os homens, ao contrário, não se utilizaram da atribuição. Limitaram-se a descrever as dificuldades, deixando qualquer conclusão a cargo da entrevistadora.

3.4.2 Sexualidade

A categoria sexualidade refere-se à forma como os entrevistados percebem o papel da sexualidade na relação conjugal. Através desta categoria procuramos investigar, ainda, as expectativas dos sujeitos em relação à sexualidade no casamento.

No grupo das mulheres observamos que cinco entrevistadas consideraram a sexualidade como um aspecto muito importante do casamento. A sexta entrevistada ressaltou que para o seu cônjuge a sexualidade parecia ter um papel bem mais relevante na relação do que para ela.

Quanto às expectativas acerca da sexualidade no casamento, duas entrevistadas demonstraram expectativas do que chamaram de "mais romance". Ambas concluíram que "fantasiaram" este aspecto da vida conjugal.

Três entrevistadas disseram esperar que a vida sexual no casamento fosse uma continuação do relacionamento já existente entre elas e seus parceiros. Uma delas salientou que "piorar não poderia", já que este era um aspecto muito importante para ela e para seu cônjuge. Outra ressaltou que esperava ter maior liberdade e, conseqüentemente, uma vida sexual mais ativa, por estar casada.

M3 afirmou que "nunca tinha feito grandes fantasias", pois imaginava que ocorressem "altos e baixos". Comentou, ainda, que na adolescência imaginava que a vida de casada deveria ser algo parecido com o que os pais viviam, que descreveu como "uma chatura". Mais tarde, ao iniciar a vida sexual, reformulou sua opinião, achando que não poderia ser tudo igual ao modelo que tinha em casa.

Podemos observar que as expectativas desta entrevistada oscilam entre o modelo familiar e suas próprias experiências de namoro. Esta noção transpareceu também numa crença da entrevistada, que transcrevemos a seguir:

"Quando era bem nova achava que seria uma coisa tipo do meu pai e minha mãe. Aquela idéia que a gente tem que os pais são assexuados" (M3., 38 anos).

Ao serem indagadas se imaginavam, no início do casamento, que pudessem ocorrer mudanças na vida sexual, apenas uma entrevistada respondeu afirmativamente.

Embora o grupo tenha sido unânime em admitir que ocorreram mudanças na vida sexual em relação ao início do casamento, apenas uma entrevistada foi da opinião que as mudanças, com o tempo, eram positivas.

"No decorrer da vida de casada, uma coisa muito positiva foi a parte de sexo, que é infinitamente melhor com a idade do que logo no começo. Acho a vida sexual melhor com o tempo, por causa da intimidade. Na minha opinião, não tem nada melhor para o sexo do que o tempo" (M6., 49 anos).

Ao analisarmos comparativamente as respostas das entrevistadas, observamos uma diferença que talvez possamos atribuir às diferentes faixas etárias. A entrevistada mais jovem comentou que embora não morassem juntos antes de casar, ela e seu parceiro mantinham uma vida sexual ativa, e demonstrou ter uma idéia mais objetiva do que deveria ser a vida sexual no casamento. Comentou que, "esperava que a vida sexual no casamento fosse uma continuação do namoro, e foi o que mais ou menos aconteceu" (M1., 30 anos). Podemos perceber que já existia mais intimidade e a realidade deixava menos espaço para fantasias e expectativas. O mesmo não aconteceu, porém, com a entrevistada mais velha, que considerou o tempo de casamento como um fator importante para o desenvolvimento da intimidade, além de admitir que tinha a expectativa de "mais romance" no aspecto sexual do casamento.

De acordo com a opinião das entrevistadas, as mudanças mencionadas na vida sexual foram referentes à frequência. A maioria atribuiu a diminuição de frequência sexual ao nascimento dos filhos. Uma das entrevistada apontou para a idade como fator preponderante na mudança. Comentou, "quando casei tinha 21 anos, hoje tenho 47, além do fato de hoje em dia estar mais ansiosa, angustiada e preocupada, e ele também" (M5, 47 anos).

Foi mencionado por uma das entrevistadas que embora o marido pareça valorizar mais do que ela o aspecto sexual da relação, ela se preocupa se há uma diminuição de frequência.

"... para mim, ficar sem transar uma semana não tem problema, eu não fico desesperada. Agora, eu já tenho um certo limite, passou de uma semana eu já fico preocupada ... pensando que está havendo alguma coisa, que a gente está se distanciando ..."
(M3.. 38 anos).

Podemos observar, através do comentário acima, a crença da entrevistada de que um intervalo maior do que uma semana entre as relações sexuais, pode significar um afastamento do casal.

No grupo dos homens foi possível observar que para a maioria dos entrevistados a sexualidade desempenha um papel muito importante na relação conjugal. Apenas um dos sujeitos deste grupo não considerou a vida sexual como um dos aspectos mais relevantes do casamento:

"A sexualidade nunca foi a coisa mais importante de todas, a não ser em ocasiões especiais, porque eu nunca fui, e a minha mulher não parece que foi, uma pessoa fissurada nisso" (H6., 50 anos).

A expectativa de que o casamento propiciaria maior frequência nas relações sexuais, ficou clara no discurso dos sujeitos deste grupo. Seguem-se alguns comentários ilustrativos:

"(...) achava que seria a coisa mais presente, mais importante da relação. Minha idéia, antes de casar, era que ia ser aquela coisa de transar todo dia, que ia ser muito legal. No começo até era. Depois houve uma acomodação das duas partes" (H2., 33 anos).

"(...) acho que sexo é absolutamente fundamental para a relação amorosa. Acho que tem que ter sexo de boa qualidade para o casamento ir bem. Eu achava isso antes de casar, também, mas com certeza eu pensava que teria mais frequência por ser casado, teria mais disponibilidade. Não é verdade. Por imposição da vida, acho que você não consegue ter nem com a mesma frequência que antes" (H1., 30 anos).

"(...) achava que não iria ter qualquer restrição, que a gente ia poder ter sexo sempre que quisesse, todos os dias. No começo isso aconteceu" (H5., 48 anos).

Assim como no grupo das mulheres, as mudanças apontadas pelos entrevistados também referiam-se à frequência. Em concordância com o grupo anterior, os homens também mencionaram o nascimento dos filhos como o momento em que as mudanças começaram a ocorrer, sem, entretanto, relacionarem os dois fatos de forma direta, atribuindo as mudanças também a outros fatores como cansaço, excesso de trabalho, falta de tempo e preocupações diversas.

Um dos sujeitos atribuiu a diminuição da frequência de relações sexuais a características pessoais de sua parceira:

"(...) casei com uma pessoa extremamente conservadora, que não vê o prazer sexual, provavelmente, da mesma forma que eu vejo" (H1., 30 anos).

Quanto à expectativa de que pudesse haver mudanças na vida sexual no decorrer do casamento, dois sujeitos responderam afirmativamente, enquanto os outros quatro deixaram claro que isto, a princípio, não lhes tinha ocorrido.

Embora tenhamos observado a existência de expectativas em relação à vida sexual no casamento em ambos os grupos, percebemos uma diferença quanto ao tipo de expectativa. Algumas entrevistadas do grupo das mulheres mencionaram que esperavam o que elas chamaram de "mais romance" neste aspecto da relação conjugal. Os homens, por sua vez, falaram da expectativa de maior frequência sexual no casamento, como brincou um dos entrevistados:

"Ela nunca vai ser a 'ninfomaniaca' que eu, adolescente, esperava ter como mulher. Mas talvez isso seja até bom para um casamento estável, uma boa mãe ... aquelas compensações que no quebra-cabeça familiar vão dar um saldo bom (...) (H1., 30 anos).

Segundo Beck (1988) os problemas no aspecto sexual do casamento centram-se, geralmente, na frequência, no momento e na qualidade das relações sexuais. Para o autor, cada um desses elementos traz consigo significados simbólicos que os afetam. No presente estudo a frequência foi o aspecto mais mencionado pelos sujeitos.

Observamos que apenas três entrevistados dos dois grupos juntos imaginavam que pudessem ocorrer modificações significativas na vida sexual, o que nos permite concluir a existência de expectativas a respeito da estabilidade do aspecto sexual na relação conjugal.

3.4.3 Vida Social/Lazer

A categoria vida social/lazer refere-se às expectativas dos sujeitos entrevistados em relação a vida social no casamento. As perguntas sobre este tema buscaram investigar se os entrevistados planejam as atividades sociais e de lazer com os seus cônjuges, se possuem atividades sociais individuais além das atividades conjuntas, e se mantêm uma comunicação efetiva sobre estas questões, nos permitindo, assim, vislumbrar as possíveis expectativas mantidas acerca desta categoria.

Das seis mulheres entrevistadas, três afirmaram ter a vida social que esperavam no casamento, e apenas uma delas afirmou planejar as atividades sociais com o cônjuge. Outra disse ter a vida social que esperava, mas acrescentou ser a responsável por toda programação social e de lazer. A terceira não esperava uma vida social intensa, pois inferia que este aspecto do casamento seria uma continuação do namoro. Afirmou que conversavam muito pouco sobre isto e quase não planejavam atividades sociais.

As outras três entrevistadas tinham expectativas sobre a vida social no casamento que não se realizaram. Uma delas manifestou isto de forma explícita:

"Eu esperava ter a vida social que não tive antes de casar, e que sempre gostei, almejei, desejei, quis. Eu queria sair muito, passear muito, ter muitos amigos, todas essas coisas. Nada disso aconteceu. Foi justamente o contrário, uma vida absolutamente fechada " (M6., 49 anos).

M6 atribuiu a frustração desta expectativa ao temperamento de seu cônjuge, para quem, segundo ela, "o lazer nunca foi uma prioridade". Afirmou que só planejaram atividades sociais quando os filhos eram pequenos, e concluiu que houve uma "rejeição total e absoluta " aos seus amigos individuais por parte de seu cônjuge. A entrevistada considerou este um aspecto difícil de seu casamento.

As outras duas entrevistadas cujas expectativas acerca da vida social no casamento não coincidiram com a realidade, também atribuíram a responsabilidade deste fato a dificuldades dos parceiros.

Embora quatro das entrevistadas relatem possuir atividades sociais individuais, elas ressaltam que estas atividades nunca ocorrem nos fins de semana ou à noite, quando o tempo é dedicado a atividades do casal ou da família.

As outras duas entrevistadas também afirmaram possuir atividades sociais individuais, contudo, sem restrições de dias ou horários. Ambas comentaram que isto não acontece desde o início do casamento, quando elas ainda tentaram ter atividades sociais com os seus cônjuges. Ficou claro, através do discurso das duas entrevistadas, que depois de inúmeras tentativas frustradas de conversarem sobre este assunto com os parceiros, elas tomaram a iniciativa de terem uma vida social independente deles.

Cinco dos seis homens entrevistados disseram que esperavam ter uma vida social bastante ativa no casamento.

Dois dos cinco sujeitos disseram que faziam planos e conversavam com suas parceiras sobre os programas sociais, mas às vezes os planos ficavam inviáveis por limitação financeira.

Outros dois sujeitos esperavam ter "mais vida social". Ambos atribuíram a diminuição das atividades de lazer aos filhos pequenos, afirmando que procuravam planejar atividades de modo a conciliar seus programas com os dos filhos.

H1 afirmou que sua expectativa de manter uma vida social ativa no casamento tinha se realizado, apesar dos filhos pequenos e de muito trabalho. Ressaltou que planejavam constantemente pequenas viagens, que, muitas vezes, incluíam os filhos. Atribuiu a possibilidade de ter atividades de lazer agradáveis à situação financeira descrita por ele como "confortável".

Um dos entrevistados concluiu que não mantinha expectativas de uma vida social muita intensa no casamento. Atribuiu isto ao fato de ter casado tarde e de já ter vivido uma vida social muito ativa. Comentou que os programas agora eram bem diferentes, mas satisfatórios.

Observamos que a maioria dos entrevistados relacionou as atividades sociais individuais com o trabalho. Assim como foi observado no grupo das mulheres, as atividades individuais ocorrem durante a semana. Fins de semana e feriados também são reservados para atividades de lazer do casal ou da família.

Apenas um dos sujeitos afirmou quase nunca ter atividades sociais individuais. Frisou que embora tanto ele quanto sua parceira não tivessem qualquer objeção a atividades sociais e de lazer individuais, ele não sentia necessidade de tê-las.

A maioria dos entrevistados tinha a expectativa de que seu cônjuge se tornasse amigo de seus amigos individuais. Embora isto não tenha sido a realidade em alguns casos, apenas um dos sujeitos entrevistados apontou o fato como motivo de conflitos entre ela e o parceiro, como podemos constatar através de suas palavras:

"Eu esperava aceitação dos meus amigos, lógico. O que aconteceu foi justamente o contrário, foi rejeição completa, total e absoluta. Já falamos muito sobre isso, já brigamos, já discutimos à exaustão. Eu posso dizer que isso é o maior motivo de brigas entre nós " (M6, 49 anos).

Algumas diferenças foram observadas entre o grupo das mulheres e o grupo dos homens. Uma delas diz respeito, mais uma vez, à atribuição de responsabilidades. As mulheres que consideraram a vida social insatisfatória, atribuíram aos parceiros a responsabilidade do fato.

Dattilio e Padesky (1990) afirmam que a atribuição causal pode tornar-se um ciclo vicioso de imposição de culpa entre os membros do casal, quando estes se recusam a reconhecer sua parte da responsabilidade pela disfunção do relacionamento.

Observamos que no grupo dos homens foi estabelecida uma relação entre atividades sociais e disponibilidade financeira, o que não foi, em momento algum,

mencionado pelas mulheres. O fator financeiro foi apontado naquele grupo não apenas para justificar a impossibilidade de planejar atividades sociais e de lazer do casal, mas também foi mencionado por um dos sujeitos como responsável pela possibilidade de terem atividades de lazer prazerosas.

3.4.4 Educação/Criação dos Filhos

Esta categoria refere-se à forma como os entrevistados percebem os papéis parentais que desempenham, que expectativas tinham a respeito destes papéis antes de terem filhos, e como lidam com as possíveis divergências de opinião em relação à educação dos filhos.

Foi verificado que cinco das seis mulheres entrevistadas tinham a expectativa de que seus parceiros participassem igualmente dos cuidados e da educação dos filhos. Cada entrevistada utilizou um enfoque pessoal para expressar esta expectativa.

M2 citou o exemplo de seus pais como positivo, dizendo:

"venho de pais muito bem estruturados, sempre foi tudo muito aberto, com muito diálogo, nunca senti uma delimitação rígida do papel de pai e de mãe. Acabei seguindo o modelo. Meu marido é muito participante, desde o nascimento."

Contrastando com o exemplo citado acima, M3 tinha a expectativa de que o seu casamento não reproduzisse o modelo de seus pais no que diz respeito à educação do filho. Comenta ter tido um pai distante, que trabalhava o dia inteiro e que

não participava do processo de criação dos filhos. Esperava que seu marido dividisse com ela a tarefa de cuidar do filho, mas concluiu que "na prática é tudo a mesma coisa", referindo-se ao fato de seu cônjuge não participar o suficiente da educação do filho.

M4 e M6 tinham expectativas de uma maior disponibilidade de seus parceiros para a criação dos filhos. M4 admite que "fantasiou muito" este aspecto do casamento. M6 ressalta que embora não tenha tido idéia do papel de pai por ter perdido o seu muito cedo, esperava que o marido fosse mais disponível para os filhos.

A entrevistada afirma ter repetido o modelo de sua mãe, que descreve como:

"(...) presente, participante, xereta, autoritária, sou igualzinha, xereta, que se mete em tudo, quer saber de tudo, controla tudo (...)".

M5 também tinha a expectativa de que não haveriam delimitações rígidas em relação aos papéis parentais. Ao contrário de M2, que ressaltou a participação de seu parceiro desde o nascimento dos filhos, M5 foi da opinião que quando os filhos são bebês os cuidados devem ser por parte da mãe, enquanto o pai deve apenas apoiar a mulher.

Das seis entrevistadas apenas M1 não mencionou a expectativa de uma participação igual dos cônjuges na criação dos filhos, afirmando:

"Sempre achei que filho é mais da mãe do que do pai. Pai quando abandona, às vezes abandona e não está nem aí. Mãe é difícil abandonar. Então até hoje eu acho que filho é mais da

mãe do que do pai. Mas meu marido participa muito, então isso me mudou um pouquinho(...)".

Três entrevistadas afirmaram partilhar com os cônjuges das decisões sobre a educação dos filhos. Consideram as idéias dos cônjuges acerca da criação dos filhos compatíveis com as suas e, embora tenham admitido algumas divergências, não apresentaram expectativas a este respeito.

As outras três entrevistadas demonstram que têm opiniões diferentes das dos parceiros acerca da criação dos filhos, como fica claro, por exemplo, na fala de M6:

"(...) conversamos à exaustão, mas não chegamos a conclusão nenhuma. Discordamos sempre em tudo, desde que o primeiro menino entrou dentro de casa (...)"

Ao falarem de suas divergências com os parceiros no que diz respeito à educação dos filhos, as três entrevistadas deixaram transparecer suas expectativas acerca da relação pai-filhos.

Observamos que três sujeitos do grupo dos homens tinham a expectativa de trabalhar fora de casa enquanto as mulheres tomariam conta dos filhos. Seguem exemplos ilustrativos:

"Acho que o papel que eu esperava era mais machista, conservador, latino americano - o marido chega, está tudo ótimo, mulher sorrindo, deu tudo certo, ela conseguiu administrar bem as crianças, que já estão limpas, de pijama e quase dormindo. A verdade não é essa. Acho que a mulher

conquistou seu espaço, tem toda razão de ... Acho que fica meio estranho ficar na situação da vítima mas tem um ressentimento que não sei como colocar na relação para resolver. Não consigo dar mais tempo e dedicação do que tenho dado. Acredito que dou muito acima da média, mas tenho certeza que minha mulher acha que isso é insuficiente (...)" (H1., 30 anos).

"Achava que o papel do pai era trabalhar, botar o dinheiro dentro de casa. A mãe era para cuidar da casa, cuidar da criança. Aconteceu tudo ao contrário. Quando a minha filha nasceu eu estava desempregado e a minha mulher trabalhando. A gente foi se adaptando, e vendo que não dava para um só trabalhar (...)" (H2., 33 anos).

"A minha idéia sobre o papel de pai era parecida com o que acontecia na minha família. Meu pai trabalhava o dia inteiro, minha mãe resolvia o resto. A realidade tem sido diferente. A minha participação é muito solicitada" (H5., 48 anos).

Embora os três sujeitos tivessem a expectativa de trabalhar enquanto as mulheres tomavam conta das crianças, as expectativas de H2 parecem ressaltar mais a crença de que o marido é aquele que trabalha sozinho para sustentar a casa, enquanto que H1 e H5 parecem ressentirem-se das expectativas de suas parceiras para que tenham uma maior participação nos cuidados com os filhos.

As afirmações dos sujeitos acima nos remetem à noção de "contrato conjugal" de Sager (1983), discutida no capítulo 2. Aparentemente os contratos individuais dos sujeitos entrevistados e de suas parceiras possuíam cláusulas diferentes no que diz respeito ao papel do pai na criação dos filhos.

Os outros sujeitos deste grupo mencionaram responsabilidades, afeto e o dia-a-dia ao falarem sobre os papéis parentais, mas não deixaram transparecer expectativas específicas a respeito do assunto.

Em relação a divergências sobre a educação dos filhos, os dois entrevistados mais velhos do grupo (48 e 50 anos) afirmaram que à medida que os filhos ficaram maiores elas diminuíram consideravelmente. Segundo um dos sujeitos a causa principal das divergências era uma "constante cobrança" por parte de sua mulher para que tivesse uma "participação maior" na educação dos filhos, o que para ele era inviável devido ao grande volume de trabalho que tinha. O outro sujeito mencionou que tinha opiniões diferentes de sua parceira no que dizia respeito a área de estudo das filhas. Admitiu valorizar muito este aspecto, o que levava a sua mulher a considerá-lo "preocupado demais".

Um outro entrevistado comentou que ele e sua parceira raramente discordavam sobre a educação da filha, e quando o faziam, evitavam que fosse em sua presença.

Todos os sujeitos deste grupo afirmaram ter uma comunicação constante sobre este assunto com suas parceiras, embora alguns tenham acrescentado que esta comunicação nem sempre era efetiva.

No processo de análise de dados desta categoria observamos que as expectativas acerca dos papéis parentais e sobre a criação dos filhos provinham quase que exclusivamente das mulheres. Constatamos este fato não apenas através do discurso das entrevistadas, como através das falas dos entrevistados que apontavam para as expectativas de suas parceiras.

De um modo geral, ao serem indagadas sobre o papel de mãe/papel de pai, as mulheres ressaltaram o papel de pai, quase sempre denunciando a falta de participação de seus cônjuges.

Alguns sujeitos do grupo dos homens deixaram transparecer seu ressentimento pelas cobranças constantes de suas parceiras por uma cooperação maior no cuidado com os filhos. Atribuíram às responsabilidades na área profissional a pouca disponibilidade de tempo para acompanhar o dia-a-dia dos filhos.

3.4.5 Utilização do Dinheiro

Esta categoria refere-se à forma como os sujeitos percebem a utilização da renda do casal. Procuramos investigar se havia concordância em como e onde gastar o dinheiro, se havia algum tipo de divisão e quais eram as expectativas dos entrevistados a respeito do assunto.

Todas as entrevistadas do grupo das mulheres trabalham e afirmaram depositar os seus salários em contas conjuntas. Também comentaram não existir uma divisão rígida de despesas.

Apenas uma das seis entrevistadas demonstrou algum descontentamento quanto a utilização do dinheiro.

"O nosso dinheiro é todo junto. Ele gasta em grandes coisas, eu gasto em pequenas coisas. Então ele acha que tudo que eu gasto é besteira, e eu acho que tudo o que ele gasta é besteira ... então é meio problemático " (M1., 30 anos).

Observamos que as entrevistadas, de um modo geral, não demonstraram manter muitas expectativas a respeito deste aspecto da relação conjugal.

Indagadas sobre o que elas gostariam que fosse diferente nesta área, quatro entrevistadas afirmaram que estavam satisfeitas e não gostariam que ocorressem mudanças.

Uma entrevistada deste grupo manifestou o desejo de ter sua conta bancária separada, comentando, em seguida, que isto só funcionaria "na teoria", e não "na prática". Atribuiu o fato à necessidade de terem o dinheiro "todo junto".

Outra entrevistada manifestou a expectativa de que seu cônjuge fosse "mais ambicioso profissional e financeiramente".

No grupo dos homens, dois entrevistados afirmaram não haver muita concordância entre eles e suas parceiras quanto ao gasto de dinheiro. Um deles ressaltou que isto era motivo de brigas entre o casal.

Um outro sujeito não respondeu diretamente à investigação sobre a concordância entre os membros do casal quanto aos gastos. Comentou que isto tinha que acontecer "de forma gradativa", e considerou este aspecto do casamento "meio desagradável".

Os outros três sujeitos afirmaram haver concordância entre eles e suas parceiras pelo menos, quanto aos gastos considerados maiores.

Dois sujeitos comentaram, de maneira bem humorada, que o dinheiro deles era considerado comum ao casal, ou "nosso", enquanto o de suas parceiras era considerado "delas".

As expectativas mantidas acerca desta categoria variaram bastante. O sujeito mais jovem queixou-se da falta de interesse de sua mulher pela administração e funcionamento da área financeira da relação. Expressou sua insatisfação da seguinte forma:

"(...) acho que nesse aspecto ela está se alienando de uma forma extremamente nociva. O conhecimento que ela tem da complexidade da manutenção de nosso padrão de vida é muito baixo. Tudo é controlado por mim, ela só gasta, não sabe como funciona, não sabe o nome do gerente do banco, não se interessa em saber. Isso me incomoda um pouco. Eu já comuniquei, mas não adiantou nada. Ela não sabe, e o que é mais complicado, ela não se interessa" (H1., 30 anos).

Podemos constatar a expectativa do sujeito acima citado, de que sua mulher participe, ou se interesse pela forma como são conduzidos os assuntos financeiros da família. Embora a mulher trabalhe, sua participação na renda familiar é de "7%", o que não parece incomodar o entrevistado. Para ele, o que parece relevante é a "falta de interesse" de sua parceira pelos assuntos financeiros.

H2 ressaltou que tinha expectativas de ter as finanças do casal mais organizadas, com divisões mais bem delimitadas de gastos e responsabilidades, mas que isto "nunca tinha acontecido". Deixou transparecer que esperava que isto acontecesse de forma automática, sem que ele ou sua parceira tivessem que tomar

qualquer iniciativa. Neste caso só a expectativa apareceu, não sendo possível observar crenças ou atribuições vinculadas a ela.

H3 afirmou que sempre teve a expectativa de casar com uma pessoa que pudesse dividir com ele as responsabilidades financeiras. Atribuiu o fato à sua profissão (músico/professor), considerada por ele como instável.

H4 comentou que esperava casar com alguém que fosse financeiramente independente, o que aconteceu. Acrescentou que entendia o casamento como uma "sociedade", onde os "sócios" tinham que concordar a respeito de gastos ou investimentos.

H5 admitiu que as vezes "reclamava dos gastos excessivos", mas concluiu que "(...) com todo mundo é a mesma coisa", deixando transparecer a crença de que todo homem reclama dos gastos excessivos das parceiras.

Observamos que H6 mencionou a situação financeira durante toda a entrevista. Atribuiu, por exemplo, algumas de suas dificuldades conjugais à falta de disponibilidade financeira para planejar atividades de lazer mais agradáveis e sofisticadas, constantemente solicitadas por sua parceira. Contudo, ao responder às perguntas sobre a utilização do dinheiro, comentou nunca ter tido expectativas a respeito do assunto, acrescentando que não desejaria fazer qualquer modificação neste aspecto do casamento. Estas contradições nos remetem à noção de expectativas não explícitas (capítulo 2), quando o indivíduo, muitas vezes, não parece se dar conta de suas próprias expectativas (Beck, 1988; Dattilio e Padesky, 1990; Sager 1983).

A semelhança observada entre os dois grupos foi o fato de todos os entrevistados afirmarem não existir, em suas relações conjugais, divisões rígidas de despesas, e o fato de todos utilizarem contas conjuntas.

Foi possível observar que nesta categoria os homens mantinham mais expectativas do que as mulheres.

3.4.6 Relação Conjugal/Cônjuge

Esta categoria refere-se às expectativas que os sujeitos entrevistados mantinham, antes do casamento, acerca da relação conjugal e de seu cônjuge. Procuramos investigar a relação entre estas expectativas e a realidade atual dos sujeitos.

A pergunta inicial desta categoria procurava investigar se os sujeitos haviam planejado o casamento, já que o planejamento poderia propiciar o surgimento ou a exacerbação de expectativas.

Todas as mulheres entrevistadas disseram ter planejado o casamento. Algumas planejaram com maior antecedência, enquanto outras anteciparam os planos por questões como gravidez não planejada, viagem e emprego em outra cidade.

Ao serem indagadas sobre as expectativas em relação ao cônjuge e ao casamento, as entrevistadas deram respostas que englobaram os dois aspectos.

Duas entrevistadas admitiram ter "esperado demais" do casamento e de seus cônjuges, expressando suas expectativas da seguinte forma:

"(...) acho que era uma visão, uma expectativa muito romanceada. Você espera até uma coisa egoísta, de só receber, receber afeto, receber coisas ... espera que as brigas sejam coisas muito superficiais. Você espera uma coisa muito linda, muito maravilhosa, todo mundo achando todo mundo o máximo (...)" (M6., 49 anos).

"Acho que a gente espera muita coisa. Reconheço que ele é um bom pai, nunca pareceu estar interessado em outras mulheres ... mas eu esperava uma vida a dois menos parada, mais ativa, muito mais romântica (...)" (M4., 42 anos).

Ambas entrevistadas definem a realidade atual como "completamente diferente" do que esperavam. M6 conclui que suas expectativas eram "sempre além do possível". Acrescenta que hoje consegue ver com muita clareza que sua expectativa foi "mais ou menos desarticulada" em relação ao parceiro que escolheu. Afirma que houve uma adaptação à realidade depois que os filhos nasceram, quando, segundo ela, "(...) você já começa a jogar suas fantasias e expectativas em mais uma pessoa ... o marido não é mais o centro de atenção de sua vida".

M4 não menciona mudança de ponto de vista. Comenta que já tentou demais falar com o cônjuge sobre o assunto, mas por falta de retorno acabou desistindo.

Por outro lado, duas outras entrevistadas mencionaram expectativas que não ficaram distantes da realidade atual.

"Pensava que o casamento tinha que ser uma coisa muito boa, porque se não eu não queria casar. Eu queria fazer do meu uma coisa muito boa. Penso até hoje que no momento que eu começar a achar ruim, vou trabalhar para melhorar, e se não der, acho que é o momento de cada um seguir para seu lado.

Esperava que meu marido fosse uma pessoa que me compreendesse, muito diálogo, uma pessoa que gostasse das coisas que gosto e vice-versa, que fosse uma coisa que os dois sentissem prazer de estarem juntos, não por obrigação" (M2, 32 anos).

"Acho que o que eu esperava não é muito diferente do que aconteceu. Quando pensava em casamento, pensava em família, filhos, em um marido que me apoiasse ... a gente conversando ... pensava num companheiro" (M5., 47 anos).

Ao analisarmos as falas das quatro entrevistadas acima, observamos diferenças no tipo de expectativas expressas. Enquanto as duas primeiras falam de conceitos vagos, pouco objetivos, como "romance", "fantasia", "uma coisa muito linda, maravilhosa", as outras duas apontam para idéias mais bem definidas como interesses semelhantes, uma família, filhos e a possibilidade de diálogo. A resposta de M2 aponta, ainda, para a possibilidade que ela demonstra de "trabalhar" para melhorar a relação, de "fazer alguma coisa" para a realização de suas expectativas, ao invés de esperar por acontecimentos mágicos ou automáticos.

Uma outra entrevistada afirmou que inicialmente "nem pensava em casar". Desejava morar sozinha, atribuindo este desejo ao modelo de casamento de seus pais, que descreveu como "muito chato". Mais tarde, ao apaixonar-se, decidiu que se casasse o seu casamento teria que ser diferente. Sua idéia de uma boa relação conjugal era que o casal deveria partilhar as tarefas do dia-a-dia. Admite que isto não aconteceu como esperava. Expressa sua insatisfação da seguinte forma:

"(...) se eu estiver cansada ele até faz as coisas, mas é como se estivesse fazendo um favor, porque a obrigação é minha. Então isso eu não queria que fosse assim. Gostaria que ele tomasse mais iniciativa nessas coisas de casa" (M3., 38 anos).

Para M1 o casamento implicou em mudanças em vários aspectos de sua vida. Ela mudou de cidade e iniciou uma nova atividade profissional. Afirma nunca ter esperado "aquela coisa maravilhosa, de rosas, tipo Cinderela". Atribui a falta de expectativas de "estória de fadas" ao fato dos pais terem se separado quando ela se preparava para casar. Comenta que a realidade foi parecida com o que ela esperava, "mas na hora H você baqueia", referindo-se às diversas adaptações pelas quais teve que passar no início do casamento.

Dois dos seis entrevistados do grupo dos homens afirmaram que não tinham planejado o casamento. H2 esclarece que ele e sua parceira foram passando cada vez mais tempo juntos, quando "perceberam" estavam morando juntos (é o único sujeito do grupo de entrevistados que não é casado legalmente). Ressalta, ainda, que nunca havia pensado em casar, nem existiam planos de morarem juntos. Insiste em dizer que não tinha expectativas, mas fala do que "gostaria que fosse diferente" no casamento. Comenta que ele e sua mulher "discordam de muitas coisas", o que "sempre deixa um dos dois insatisfeito".

H4 também afirma nunca ter "pensado muito em casamento", diz que "vivia adiando essa idéia". A gravidez inesperada de sua parceira fez com que decidissem casar. Não mencionou expectativas de forma explícita, mas admitiu o seguinte:

"Eu queria que a minha mulher fosse independente, não quisesse casar só para sair de casa ou mudar de vida, e que respeitasse um pouco a minha necessidade de privacidade".

Conclui que a realidade atual reflete seus desejos, pois a parceira é uma pessoa independente, que sempre trabalhou, e que já morava sozinha quando ele a conheceu.

Podemos concluir que embora ambos não planejassem casar, quando isso aconteceu eles passaram a esperar determinadas atitudes de suas parceiras. Ou seja, passaram a ter expectativas não explícitas sobre o funcionamento da vida conjugal.

Os outros quatro sujeitos disseram ter planejado o casamento, porém, apenas dois admitiram explicitamente a existência de expectativas. Coincidentemente, entre outras coisas, H1 e H5 esperavam ter uma maior frequência sexual por estarem casados, e esperavam ter parceiras "compreensivas". Indagados sobre a semelhança entre suas expectativas e a realidade atual, H5 comentou que "a realidade atual é mais realidade". Aparentemente o sujeito considerou sua própria expectativa pouco realista.

H1 afirma que a realidade atual é bem parecida com sua expectativa, acrescentando que a frequência sexual é menor do que gostaria. Prosseguindo sobre o mesmo tema, acaba entrando em contradição quando diz:

"(...) talvez sexo com menos frequência do que eu gostaria ... qualidade eu não diria, mas frequência certamente, e principalmente compreensão. Engraçado que ... é aquele negócio do vítima, eu me sinto meio vitimado, porque quando eu fico até as 10 horas da noite no trabalho, não é porque eu quero ficar, obviamente. É porque algo importante surgiu, e eu sempre aviso, etc. Mas isso não é muito bem recebido. Sem dúvida é diferente do que eu esperava".

Observamos que este tipo de contradição já ocorreu com o mesmo sujeito ao responder sobre outros temas. Inicialmente nega a não realização de suas expectativas, para logo a seguir entrar em contradição, deixando transparecer algumas insatisfações.

H3 disse ter esperado "uma mistura de tudo ... coisa boa, coisa ruim, responsabilidades". Fez algumas generalizações sobre o que considerou "fundamental para todo mundo", que era a necessidade de "sentir-se bem ao lado da pessoa com quem casamos", porém, não demonstrou expectativas explícitas ou não. Ao falar sobre a realidade atual demonstrou algum ressentimento por ter casado apressadamente. Acredita que poderia ter programado melhor os acontecimentos se tivessem adiado os planos por seis meses.

H6 atribuiu a sua falta de expectativas em relação ao casamento e à parceira às dificuldades que teve de ultrapassar para casar. Concluiu que sua grande expectativa era conseguir casar com a mulher que havia escolhido. Afirma ser "impossível para um jovem de 24 ou 25 anos conseguir prever a experiência de um casamento".

Constatamos uma diferença relevante entre o grupo das mulheres e o grupo dos homens no que diz respeito a esta categoria. Embora tenha sido possível detectar as expectativas dos homens em outras categorias, aqui eles demonstraram uma certa resistência em admiti-las de forma direta, explícita, o que não aconteceu com o grupo

das mulheres. Além de falarem de suas expectativas, as mulheres tentaram analisá-las, considerando-as, algumas vezes, irrealistas ou impossíveis.

3.4.7 Conflitos

Esta categoria se refere a aspectos da relação conjugal considerados pelos sujeitos como desencadeadores de conflitos. Aqui procuramos avaliar as expectativas dos entrevistados em relação aos aspectos potencialmente conflitantes do casamento, assim como as estratégias utilizadas por eles para lidar com tais conflitos.

Perguntamos a todos os entrevistados o que eles acreditavam que poderia ser motivo de conflito no casamento, tendo em vista a experiência do namoro. Constatamos a incidência de três tipos respostas distintas; os entrevistados que não haviam pensado sobre o assunto antes de casar; aqueles que esperavam ter certos conflitos baseados na experiência de namoro ou em suposições; e os que acreditavam que nada seria motivo de conflito, já que no casamento tudo poderia ser falado, resolvido ou modificado, o que de antemão aponta para uma expectativa irrealista dos parceiros acerca da relação conjugal, passível de desencadear conflitos (Beck, 1988; Dattilio e Padesky, 1990; Sager 1983).

Iniciando pelo grupo das mulheres, observamos que M5 e M6 não haviam pensado em conflitos antes do casamento. M5 apontou os filhos, e principalmente o filho, como o maior motivo de conflitos entre ela e o cônjuge. Esclareceu que o filho não era "causa" de conflitos, "mas sempre que a gente discute ele está no meio". Prosseguiu falando sobre o tema, e acabou por concluir que era muito mais uma dificuldade sua, porque estava sempre tentando controlar os filhos e resolver todos os

seus problemas. Reconhece que as discussões com o cônjuge giram em torno de sua preocupação e ansiedade excessivas em relação ao assunto. Ao ser indagada sobre o que achava que poderia ser feito para diminuir os conflitos, admite que não tem a menor idéia. A entrevistada demonstra estar ciente de que sua falta de controle sobre as próprias emoções desencadeia os conflitos conjugais.

M6 cita as relações interpessoais do casal como maior motivo de conflitos conjugais. Esclarece que a dificuldade social de seu parceiro já foi motivo de inúmeras brigas entre eles. Enumera diversas tentativas suas, mal sucedidas, de modificar a situação. Admite que teve que se adaptar ao problema da melhor forma possível, e que não tem mais expectativas que a situação possa ser modificada.

Duas outras entrevistadas demonstraram ter tido expectativas realistas acerca de possíveis conflitos conjugais. Ambas inferiram, a partir da experiência do namoro, que comportamentos ou características dos parceiros não se modificariam com o casamento.

O parceiro de M2 se mostrava uma pessoa ciumenta no tempo do namoro, e a característica persistiu no casamento, conforme esperava. Segundo a entrevistada, o casal consegue minorar o problema através de constante diálogo sobre o assunto.

M1, por sua vez, esperava que as divergências financeiras e o tempo dedicado a um time esportivo como treinador, fossem motivos de conflito entre ela e seu parceiro. Suas expectativas estavam corretas, e o namoro também serviu de parâmetro para o que esperar no casamento. A entrevistada acrescenta que os conflitos "não são sérios", e que "dá para levar".

Em oposição aos exemplos mencionados acima, M3 e M4 tinham a crença que conseguiriam modificar as características consideradas indesejadas de seus parceiros. Esta não é uma crença incomum entre casais. Eles acreditam que os problemas apresentados pelos parceiros durante o namoro podem ser resolvidos no casamento, através da comunicação. Esta crença gera expectativas, que por serem irrealistas, são facilmente frustradas. M3 expressa suas expectativas da seguinte forma:

"Antes de casar eu pensava que nada seria motivo de conflito, porque eu achava que dava para resolver tudo. É claro que isso não aconteceu, porque tem coisas que são difíceis de resolver ... cada um pensa de um jeito".

A entrevistada fala de dois fatores, que em sua opinião, desencadeiam os maiores conflitos entre ela e o cônjuge. O primeiro refere-se a falta de cooperação do parceiro nas tarefas domésticas, o que a sobrecarrega, deixando-a irritada. O outro é a escassez de vida social do casal, que ela atribui ao "temperamento fechado" do cônjuge.

O que M4 considera o maior motivo de conflito em seu casamento, tem uma estreita relação com sua expectativa de conseguir modificar o parceiro. Ela diz:

"(...) ele mostrava isso desde o tempo de namoro, mas eu achava que ia convencendo aos poucos, ia mostrando que para mim era importante. Acho que a gente sempre pensa que vai conseguir mudar as pessoas".

A entrevistada aponta para a falta de comunicação como o mais constante motivo de conflitos entre o casal. Afirma que eles até conversam. Acrescenta, porém, que "ele não muda de atitude porque uma coisa é importante para mim". Este comentário demonstra a expectativa de "convencer" o parceiro a modificar suas atitudes para agradá-la.

As respostas do grupo dos homens sobre o que acreditavam que pudesse ser motivo de conflito no casamento coincidiram com os três tipos de respostas encontrados no grupo das mulheres.

Quatro sujeitos deste grupo acreditavam saber, antes de casar, quais seriam os aspectos potencialmente conflitantes da relação. Constatamos que três destes sujeitos esperavam motivos de conflitos que não ocorreram.

Um dos sujeitos admitiu que "tinha uma idéia meio negativa da vida de casado", e que "resistiu por algum tempo ao casamento". Seu receio era a perda da "privacidade", da "individualidade". Esperava que isto fosse um motivo de conflito, quando decidiu casar. Sua expectativa "negativa" não se realizou. Conclui que não vive grandes conflitos na relação, acrescentando que a educação de seu filho é razão de algumas divergências entre ele e a parceira. Acredita que esta situação melhore com o tempo.

Outros dois sujeitos tiveram expectativas de conflitos diferentes da realidade de seus casamentos. H5 acreditava que o fato de sair sozinho com os amigos seria motivo de discussões, como tinha sido no tempo do namoro. Relata que isto não aconteceu porque as atividades sociais foram se modificando após o casamento.

Observa que o principal motivo de conflito em sua relação conjugal era a "cobrança" de sua parceira por uma participação maior de sua parte na educação dos filhos. Esclarece que a situação atualmente é diferente porque os filhos estão maiores.

A resposta de H5 nos aponta para uma expectativa de sua parceira a respeito do seu papel de pai.

H6 comenta que por ter encontrado uma série de dificuldades para casar com a mulher escolhida, fato mencionado em diferentes momentos da entrevista, receava que a parceira se arrependesse do casamento, e isto desencadeasse conflitos. O principal motivo de conflito entre eles, contudo, é a "pouca folga financeira" para realizar viagens e outras atividades de lazer que proporcionariam uma vida mais agradável à família. O entrevistado menciona ter a "fantasia" de que sua mulher "espera" que ele tenha maior sucesso na área financeira.

Um outro sujeito deste grupo respondeu que nunca pensou sobre possíveis conflitos conjugais por nunca ter pensado em casar.

Quanto ao maior motivo de conflito entre o casal, cita, explicitamente, as expectativas de sua parceira.

"(...) é ponto de vista, é a maneira como a gente vê as coisas, que é diferente em termos de relação, em termos de compromisso ... o que se espera da relação. A expectativa dela é aquele tipo de relação super unida, que os dois fazem tudo juntos, um grudado no outro o tempo inteiro, e a minha visão não é bem assim (...)" (H2., 32 anos).

O último sujeito do grupo afirma ser uma pessoa "extremamente otimista" que sempre vê "os aspectos positivos das coisas". Não se lembra de ter pensado na possibilidade de conflitos conjugais, porque mantém a crença de que "tudo dá para conversar e resolver". Afirma que o maior motivo de conflito entre ele e a parceira é o tempo gasto em atividades profissionais. Esclarece que não trabalha por prazer, mas porque tem projetos para a família. A parceira "cobra a sua participação" nos cuidados com os filhos. Responde de forma bem humorada à pergunta sobre o que poderia ser feito para diminuir o conflito, dizendo que "se ganhasse na loteria poderia passar o dia inteiro em casa".

Ao analisarmos as respostas dos dois grupos, buscamos investigar o papel desempenhado pelas expectativas nos conflitos conjugais. Observamos que enquanto três sujeitos do grupo das mulheres apontaram para a frustração de suas próprias expectativas como causa de desavenças com os parceiros, quatro sujeitos do grupo dos homens mencionaram as expectativas de suas parceiras como fatores desencadeantes de atritos entre eles.

Outra diferença observada entre os dois grupos referiu-se ao que os entrevistados imaginavam que poderia ser motivo de divergências no casamento. Quatro homens, baseados na experiência do namoro, supunham razões para conflitos que não ocorreram. Três mulheres, independente da atitude que tiveram em relação às próprias expectativas, acreditavam que certos aspectos da relação poderiam ser motivo de conflitos, o que realmente aconteceu.

CONCLUSÃO

Através das categorias temáticas utilizadas na pesquisa, pudemos observar as reações dos homens e das mulheres em relação às suas próprias expectativas e as dos parceiros, e o modo como as expectativas foram expressas pelos dois grupos.

Constatamos a utilização de atribuições feitas pelos sujeitos para esclarecer atitudes e sentimentos. Segundo Baucom e Epstein (1990) existem evidências clínicas e empíricas demonstrando que os indivíduos fazem atribuições espontaneamente, e que elas cumprem funções importantes para os parceiros de uma relação íntima. Uma das funções das atribuições acerca do comportamento do parceiro é o aumento da sensação de intimidade e de compreensão do outro, ainda que a atribuição não seja acurada. Os autores acrescentam que fazer atribuições pode dar aos indivíduos a sensação de controle sobre suas próprias vidas, além de proteger e aumentar sua auto-estima. Os indivíduos freqüentemente justificam seus comportamentos fazendo atribuições a causas externas. As atribuições são utilizadas, também, como forma de valorizar a imagem do parceiro ou do casamento.

A comunicação entre os membros do casal foi a categoria que suscitou as respostas mais longas e o maior número de comentários por parte dos sujeitos entrevistados. Observamos, ainda, que ao discorrerem sobre a comunicação na relação conjugal, alguns entrevistados mencionaram insatisfações e causas de conflitos relacionadas a outros temas, posteriormente abordados na entrevista. Acreditamos que a valorização deste tema deva-se a dois fatores; o primeiro refere-se ao fato da comunicação ser o veículo utilizado pelos indivíduos para transmitir seus sentimentos,

desejos, opiniões e expectativas. O outro fator é que a comunicação intermedia os conflitos conjugais. É através das interações verbais e não verbais que as desavenças se materializam.

Constatamos que ambos os grupos demonstraram ter mantido, em algum momento, expectativas em relação à comunicação no casamento. Estas expectativas, contudo, apresentaram-se de formas diversas nos diferentes grupos.

O grupo das mulheres, de um modo geral, demonstrou suas expectativas de modo explícito, dando exemplos e respondendo diretamente às perguntas feitas sobre o assunto. Enquanto o grupo dos homens deixou transparecer suas expectativas de forma não explícita, através de contradições detectadas em suas falas.

As palavras intimidade e companheirismo foram utilizadas pelo grupo das mulheres como sinônimos de uma boa comunicação, e por vezes, as disfunções da comunicação foram comparadas à pouca disponibilidade afetiva dos cônjuges.

No grupo dos homens a compreensão versus falta de compreensão das dificuldades do cônjuge apareceu como medida de uma comunicação boa ou deficiente. A possibilidade de mudança de opinião por parte da parceira também foi apontada pelo grupo dos homens como característica de comunicação eficiente.

Outra diferença observada entre os dois grupos foi a atribuição de responsabilidades pelas dificuldades na comunicação. No grupo das mulheres as entrevistadas atribuíram as dificuldades diretamente a seus parceiros, o que não aconteceu no grupo dos homens.

Ambos os grupos consideraram a comunicação pouco efetiva como um elemento desencadeador de conflitos conjugais.

Em comparação à comunicação, a categoria sexualidade suscitou muito menos comentários por parte dos entrevistados, embora a maioria tenha admitido que este era um aspecto muito importante da relação conjugal, e não tenha sido constatado qualquer desconforto por parte dos entrevistados ao falarem sobre o tema. Também não foram mencionadas desavenças diretamente relacionadas a esta área.

No grupo das mulheres observamos em algumas entrevistadas expectativas do que foi descrito como "mais romance" na vida sexual. No grupo dos homens a expectativa explícita mais comum foi a de uma maior frequência de atividade sexual no casamento.

Constatamos que poucos entrevistados esperavam que algum tipo de mudança ocorresse na vida sexual. As mudanças mencionadas relacionaram-se à frequência. Embora ambos os grupos tenham mencionado o nascimento dos filhos como o momento em que as mudanças começaram a ser percebidas, as mulheres, mais uma vez, fizeram uma atribuição direta, relacionando o nascimento dos filhos com a diminuição da atividade sexual. Os homens, por sua vez, mencionaram os dois fatos, sem atribuir qualquer tipo de relação a eles.

A categoria vida social/lazer foi percebida como insatisfatória pela metade do grupo das mulheres. Observamos expectativas explícitas de uma vida social mais ativa do que a que viviam no casamento.

Alguns entrevistados do grupo dos homens também esperavam ter uma vida social mais intensa. A diferença entre os dois grupos recaiu, mais uma vez, na atribuição de responsabilidades.

Os homens fizeram ligações entre a possibilidade de ter uma vida social mais intensa, com atividades de lazer prazerosas, e a situação financeira do casal. Para eles o planejamento de viagens e atividades de lazer está estreitamente associado a uma situação financeira mais confortável.

As mulheres desta amostra não mencionaram a ligação finanças/atividades sociais ou de lazer. Atribuíram a escassez de vida social às dificuldades de seus cônjuges.

Acreditamos que, em parte, esta diferença deva-se ao significado dado por alguns dos sujeitos do grupo dos homens à idéia de atividades de lazer. Eles referiram-se a viagens e atividades que dependeriam de um gasto maior, enquanto as mulheres mencionaram reuniões ou saídas com amigos.

Na categoria educação/criação dos filhos surgiu uma discrepância entre os dois grupos acerca das expectativas dos entrevistados sobre os papéis parentais.

A maioria das entrevistadas do grupo das mulheres mantinha, mesmo antes de ter filhos, a expectativa de partilhar igualmente com o cônjuge os cuidados com os filhos. Na maioria dos casos isto não aconteceu da forma esperada. Os sujeitos deste grupo demonstraram insatisfação em dividir com os parceiros apenas alguns aspectos da criação dos filhos, tais como a responsabilidade financeira ou a tomada de decisões

relevantes. Observamos que, por também trabalharem fora de casa, as entrevistadas esperavam uma participação maior dos cônjuges no dia-a-dia dos filhos.

Coincidentemente os sujeitos do grupo dos homens demonstraram insatisfação a respeito das expectativas de suas próprias parceiras quanto ao tempo dedicado aos filhos. A maioria dos sujeitos deste grupo tinha uma expectativa diferente a respeito do papel de pai, e referiram-se às demandas de suas parceiras como "cobranças".

Foi observado que não surgiram expectativas, crenças ou atribuições relacionadas ao papel de mãe.

Contrariamente à categoria anterior, onde o grupo das mulheres demonstrou manter mais expectativas do que o grupo dos homens, na categoria utilização do dinheiro as expectativas apareceram mais no grupo dos homens.

Cinco das seis mulheres entrevistadas pareceram satisfeitas com a forma como é tratado o aspecto financeiro na relação conjugal, afirmando que não gostariam que ocorressem modificações.

As expectativas dos homens nesta categoria variaram de sujeito para sujeito. O fator comum ao grupo foi uma maior preocupação acerca da administração das finanças do casal.

A categoria relação conjugal/cônjuge procurou investigar diretamente as expectativas dos entrevistados acerca do casamento e do parceiro. Como foi

mencionado anteriormente, aqui foi possível observar uma diferença entre as respostas dos dois grupos.

Indagadas sobre suas expectativas, as mulheres discorreram sobre o assunto de forma explícita, analisando seus sentimentos e ilustrando suas respostas com exemplos pessoais. Os homens, de um modo geral, foram bem mais reticentes em suas respostas.

Goleman (1995) em seu livro *Emotional Intelligence*, ressalta a diferença na forma que as emoções são transmitidas para meninos e meninas, atribuindo a isto a maneira como, mais tarde, homens e mulheres lidam com os diversos aspectos da relação conjugal. Segundo o autor, o aspecto emocional das meninas é muito mais estimulado do que o dos meninos, o que leva as mulheres a entrarem no casamento com a tarefa de administrar as emoções. Consequentemente, as mulheres parecem ter maior facilidade de falar sobre a relação e sobre suas próprias insatisfações do que os homens.

A categoria conflitos passou a constar do roteiro somente a partir da última entrevista do estudo piloto. Até então acreditávamos que ao falarem de suas dificuldades ou insatisfações em certos aspectos do casamento, os entrevistados apontariam, direta ou indiretamente, para situações potencialmente conflitantes, o que nos permitiria observar possíveis relações entre estas e as expectativas dos sujeitos. Embora isto tenha ocorrido de início, ao entrevistarmos o último sujeito do estudo piloto verificamos a impossibilidade de fazermos inferências a respeito de

motivos de conflitos conjugais. Acrescentamos, então, a categoria conflito ao roteiro, e nos propusemos a analisar o fato ao final das entrevistas.

Embora nossa proposta tenha sido de fazer uma análise essencialmente temática, o tamanho da amostra utilizada na presente pesquisa nos permitiu fazer o que Bardin (1977) descreve como análise da enunciação do discurso. Neste caso o discurso dos entrevistados é analisado como um todo, individualmente, e não dividido em categorias. Após a releitura das entrevistas, nossas conclusões relacionaram-se à categoria conflitos.

Na maioria dos casos ficou evidente, desde o início da entrevista, qual seria o motivo mais constante de conflitos entre o sujeito e seu cônjuge, independente do tema tratado. Os pontos de atrito ou insatisfações conjugais eram mencionados, ainda que não parecessem totalmente pertinentes aos temas abordados. Apareceram através de exemplos diretos ou indiretos, muitas vezes, quando falávamos da comunicação entre os membros do casal (primeiro tema abordado em todas as entrevistas).

Na tentativa de entender porque em alguns casos os motivos de conflitos ficavam evidentes e em outros não, três possibilidades surgiram. A primeira, que a princípio pareceu óbvia, referia-se ao fato de termos abordado nove temas (reduzidos a sete na análise de dados), o que provavelmente não comportaria a diversidade de aspectos potencialmente conflitantes de um casamento. Posteriormente descartamos esta possibilidade por percebermos que: a) Apesar do número de perguntas existentes no roteiro, as entrevistas ocorreram num tom informal, de conversa, onde

muitas vezes os temas se sobrepunham e se misturavam. Os entrevistados estavam cientes de que o assunto da entrevista era o casamento e, às vezes, suas respostas tangenciavam três ou quatro temas. b) Algumas categorias (comunicação entre os membros do casal, relação conjugal/cônjuge) foram abordadas de modo abrangente, o que deixaria espaço para a inserção de temas não mencionados.

A segunda possibilidade foi o fato dos entrevistados ficarem pouco a vontade para falarem sobre os próprios conflitos conjugais, o que foi descartado ao perguntarmos diretamente sobre os conflitos e recebermos respostas explícitas.

A última possibilidade nos levou a fazer uma relação entre o tipo de expectativas dos entrevistados e os conflitos. Os poucos sujeitos que não deixaram transparecer as razões de atritos mais constantes com seus parceiros durante a entrevista, foram os mesmos que demonstraram ter expectativas mais realistas a respeito do casamento. Suas expectativas eram baseadas em dados de realidade e na experiência do namoro. A recíproca também pareceu verdadeira. Os entrevistados que deixaram transparecer desde o início da entrevista suas insatisfações, mantinham expectativas pouco objetivas a respeito da relação conjugal e do parceiro. Um exemplo deste tipo de expectativa apareceu no discurso de uma entrevistada, que percebeu a dificuldade de comunicação com o parceiro durante o namoro, mas acreditou que no casamento o problema deixaria de existir.

Concluimos que tanto os homens quanto as mulheres mantêm expectativas acerca do casamento e de seu parceiro, embora existam diferenças na forma como elas são expressas. Indagadas sobre o tema, as mulheres pareceram estar mais cientes

de suas próprias expectativas, falando delas de forma explícita e tendo demonstrado a possibilidade de analisá-las.

A maioria dos homens demonstrou ter expectativas não explícitas, que apareceram em forma de contradições ou quando não eram solicitados a responder perguntas diretamente relacionadas ao tema.

As expectativas dos entrevistados também variaram de acordo com os assuntos abordados. O tema criação/educação dos filhos, por exemplo, pareceu gerar mais expectativas no grupo das mulheres, enquanto a utilização do dinheiro ressaltou as expectativas no grupo dos homens.

As observações realizadas na pesquisa de campo nos levam a concluir que embora os conflitos conjugais não sejam desencadeados unicamente pelas expectativas dos cônjuges acerca do casamento e/ou do parceiro(a), estas expectativas desempenham um papel relevante nas relações conjugais, e merecem a atenção dos profissionais interessados pelo tema.

Faz-se necessário ressaltar que embora os indivíduos mantenham expectativas em relação aos mais diversos aspectos da vida, alguns fatores podem torná-las nocivas à relação conjugal. Um desses fatores diz respeito à falta de conscientização e, conseqüentemente, a falta de comunicação com o parceiro a respeito das próprias expectativas. Outro fator aponta para a falta de articulação entre as expectativas e os dados de realidade do indivíduo. Convém ressaltar, também, que a intensidade das expectativas pode agravar a percepção negativa dos parceiros em relação ao casamento e ao cônjuge. Remetemo-nos à questão das regras, mencionada

no capítulo dois, onde Beck (1988) afirma que a exacerbação das expectativas não explícitas acaba por transformá-las em exigências ou regras, que ao serem transgredidas geram conflitos.

Esperamos que nossa pesquisa tenha contribuído, de alguma forma, para ampliação do conhecimento sobre o funcionamento das relações conjugais, sobretudo das relações disfuncionais que necessitam de ajuda psicoterápica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, G.R., WYDEN, P. (1969) Marital Fighting: a guide to love. In: Ard, B.N., Ard, C.C. (Eds.) Handbook of Marriage Counseling. Science and Behavior Books, Palo Alto, Califórnia.

BANDURA, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavior change. Psychological Review, 84, 191-215.

BARDIN, L. (1977). Análise de Conteúdo. Edições 70, Lisboa, 1979.

BAUCOM, D.H., EPSTEIN, N. (1989). Cognitive-Behavioral Marital Therapy. Brunner/Mazel, New York, 1990.

BECK, A.T. (1976). Cognitive Therapy and the Emotional Disorders. International University Press, New York.

_____ (1988). Love Is Never Enough. Harper & Row Publishers, New York.

(Tradução brasileira Paulo Fróes: Para Além do Amor, Record/Rosa dos Ventos, Rio de Janeiro), 1995.

BECK, A.T., RUSH, A.J., SHAW, F.B., EMFRY, G. (1979). Terapia Cognitiva da Depressão. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

- BECK, A.T. (1993). *Terapia Cognitiva dos Transtornos de Personalidade*. Artes Médicas, Porto Alegre.
- BUTLER, G. (1989). Phobic Disorders. In: Hawton, K. et al. Cognitive Behavior Therapy for Psychiatric Problems: a practical guide. Oxford University Press, Oxford.
- CHANNON, S. e WARDLE, J. (1989). Eating Disorders. In: Scott, J. et al. Cognitive Therapy in Clinical Practice: an illustrative case book, Routledge, New York.
- CLARK, D. (1989). Anxiety States: Panic and Generalized Anxiety. In: Hawton, K. et al. Cognitive Behavior Therapy for Psychiatric Problems: a practical guide. Oxford University Press, Oxford.
- DATTILIO, F.M. (1989). A Guide to Cognitive Marital Therapy. In: Keller, P.A. e Heyman (Eds.), Innovations in Clinical Practice: a source book, (Vol.8, pp. 27-42), Professional Resource Exchange, Sarasota, Florida.
- DATTILIO, F.M. e Padesky, C.A. (1990) *Terapia Cognitiva com Casais*. Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.

DATTILIO e RANGÉ (1995). Casais. In: Rangé, B. (Org.) Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas. Workshopsy, São Paulo.

ELLIS, A. (1976). Biological Basis of Human Irrationality. In: Journal of Individual Psychology, 32, 145-168.

_____ (1977). Rational-Emotive-Therapy: Research data that support the clinical and personality hypotheses of RET and other modes of cognitive-behavior therapy. The Counseling Psychologist, 7(1), 2-42.

_____ (1977). The Nature of Disturbed Marital Interaction. In: Ellis, A. e Grieger, R. (Eds.), Handbook of Rational-Emotive Therapy, Springer, New York.

ELLIS, A., SICHEL, L. L., YEAGER, R. J., DIMATTIA, D.J., e DIGIUSEPPE, R. (1989). Rational-Emotive Couples Therapy, Psychology Practitioners Guide Books, Pergamon, New York.

EPSTEIN, N. (1982). Cognitive Therapy with Couples. The American Journal of Family Therapy, 10, 5-16.

_____ (1986). Cognitive Marital Therapy: a multilevel assessment and intervention. Journal of Rational-Emotive Therapy, 4, 68-81.

- EPSTEIN, N. e EIDELSON, R.J. (1981). Unrealistic Beliefs of Clinical Couples: their relationship to expectations, goals and satisfaction. American Journal of Family Therapy, 9, 13-22.
- FELDMAN, L.B. (1986). Sex-Role Issues in Marital Therapy. In: Gurman, A.S., Jacobson, N.S. (Eds.), Clinical Handbook of Marital Therapy. The Guilford Press, New York.
- FÉRES-CARNEIRO, T. (1987) Aliança e Sexualidade no Casamento e Recasamento Contemporâneo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.3, n.3, pp. 250-261.
- GOLDRAJCH, D. (1996). A Questão do Erro Cognitivo Através da Análise de Três Modelos em Terapia Cognitiva. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- GOLEMAN, D. (1995). Emotional Intelligence. Bantam Books, New York.
- HAWTON, K. (1989). Sexual Disfunctions. In: Hawton, K. et al, Cognitive Behavior Therapy for Psychiatric Problems: a practical guide. Oxford University Press, Oxford.

- JACOBSON, N.S. e MARGOLI, G. (1979). *Marital Therapy: strategies based on social learning and behavior exchange principles*. Brunner/Mazel, New York.
- MALDONADO, M.T. (1986). *Casamento: término e reconstrução*. Vozes, 4a.ed., Petrópolis, 1991.
- MOOREY, S. (1992). *Abusadores de Drogas*. In: Scott et al. *Terapia Cognitiva na Prática Clínica: um manual prático*. Artes Médicas, Porto Alegre, 1994.
- O'LEARY, K.D. e TURKEWITZ, H. (1978). *Marital Therapy from a Behavioral Perspective*. In: Paolino, T.J. e McCrady, B.S. (Eds.) Marriage and Marital Therapy: psychoanalytic, behavioral and systems theory perspective. Brunner/Mazel, New York, 1978.
- PINCUS, L. e DARE, C. (1981). *Psicodinâmica da Família*. Artes Médicas, 2a.ed., Porto Alegre, 1987.
- RANGÉ, B. (1995). *Psicoterapia Cognitiva*, In: Rangé, B. (Org.) Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas. Workshopsy, São Paulo.
- ROTTER, J.B. (1954). *Social Learning and Clinical Psychology*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J.

- SAGER, C.J. (1976). Marriage Contracts and Couple Therapy: hidden forces in intimate relationships. Brunner/Mazel, New York.
- _____ (1977). A Typology of Intimate Relationships. Journal of Sex and Marital Therapy, 3: 83-112.
- SAGER, C.J., KAPLAN, H.S., GUNDALACH, R., KREMER, M., LENZ, R., e ROYCE, J. (1971). The Marriage Contract. Family Process, 10: 311.
- SAGER, C. J., WALKER, E., BROWN, H.S., e RODSTEIN, E. (1983). Treating the Remarried Family. Brunner/Mazel, New York.
- SALKOVSKIS, P.M. (1992). Obsessões e Compulsões. In: Scott et al. Terapia Cognitiva na Prática Clínica: um manual prático. Artes Médicas, Porto Alegre, 1994.
- SCHLESINGER, S. E., e EPSTEIN, N. (1986). Cognitive-Behavioral Techniques in Marital Therapy. In: Keller, P.A., e Ritt, L.G. (Eds.), Innovationas in Clinical Practice: a source book (vol.5, pp. 137-154), Professional Resource Exchange, Sarasota, Fl.
- VISHER, B.E. e VISHER, S.J. (1988). Old Loyalties, New Ties. Brunner/Mazel, New York.

ANEXO I**DADOS PESSOAIS DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS**GRUPO DAS MULHERES

M1 - Idade: 30 anos/ Idade do cônjuge: 35 anos

Profissão: Profa. de língua estrangeira/ Profissão do cônjuge: Prof. de educação física

Tempo de casados: 9 anos e meio

Filhos: h. 8 anos/ m. 4 anos

M2 - Idade: 32 anos/ Idade do cônjuge: 32 anos

Profissão: Comunicóloga/professora/ Profissão do cônjuge:

Gerente de banco

Tempo de casados: 9 anos

Filhos: h. 8 anos/ m. 4 anos

M3 - Idade: 38 anos/ Idade do cônjuge: 37 anos

Profissão: Geóloga/professora/ Profissão do cônjuge: Geólogo

Tempo de casados: 15 anos

Filhos: h. 10 anos

M4 - Idade: 42/ Idade do cônjuge: 41 anos

Profissão: Administradora de empresas/ Profissão do cônjuge: Sócio de empresa familiar

Tempo de casados: 17 anos

Filhos: m. 15 anos

M5 - Idade: 47 anos/ Idade do cônjuge: 51 anos

Profissão: Professora de língua estrangeira/ Profissão do cônjuge: Administrador de empresas

Tempo de casados: 26 anos

Filhos: h. 22 anos/ m. 18 anos

M6 - Idade: 49 anos/ Idade do cônjuge: 54 anos

Profissão: Pedagoga/ Profissão do cônjuge: Professor universitário

Tempo de casados: 27 anos

Filhos: h. 22 anos/ m. 20 anos

GRUPO DOS HOMENS

H1 - Idade: 30 anos/ Idade do cônjuge: 30 anos

Profissão: Economista/consultor/ Profissão do cônjuge: Professora

Tempo de casados: 7 anos e meio

Filhos: h. 4 anos/ m. 1 ano e meio

- H2 - Idade: 33 anos/ Idade do cônjuge: 30 anos
Profissão: Analista de sistemas/ Profissão do cônjuge: Do lar
Tempo de casados: 10 anos
Filhos: m. 9 anos
- H3 - Idade: 38 anos/ Idade do cônjuge: 30 anos
Profissão: Músico/ prof. de música/ Profissão do cônjuge:
Empresária/economista
Tempo de casados: 3 anos e meio
Filhos: h. 1 ano e três meses
- H4 - Idade: 43 anos/ Idade do cônjuge: 37 anos
Profissão: Engenheiro/ Profissão do cônjuge: Engenheira
Tempo de casados: 6 anos e meio
Filhos: h. 6 anos
- H5 - Idade: 48 anos/ Idade do cônjuge: 46 anos
Profissão: Economista/ Profissão do cônjuge: Advogada
Tempo de casados: 24 anos
Filhos: h. 21 anos/ m. 19 anos/ m. 10 anos
- H6 - Idade: 50 anos/ Idade do cônjuge: 47 anos Profissão: Economista/professor/
Profissão do cônjuge: Artista plástica
Tempo de casados: 24 anos
Filhos: m. 22 anos/ m. 19 anos

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

DADOS PESSOAIS: 1) Sexo; 2) Idade; 3) Idade do cônjuge; 4) Profissão; 5) Profissão do cônjuge; 6) Há quanto tempo estão juntos; 7) Quanto tempo namoraram antes de casar ou morar juntos; 8) Planejaram o casamento; 9) Casados legalmente; 10) Filhos (sexo e idade);

ENTREVISTA -

1) COMUNICAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DO CASAL -

1.a. Como é a comunicação entre vocês? Vocês conseguem falar sobre qualquer assunto?

1.c. Você acredita que sabe o que se passa com o seu parceiro mesmo quando não conversam (pela expressão facial, silêncios, etc.)? E ele, percebe os seus pensamentos/sentimentos sem que você fale?

1.d. O que você esperava da comunicação no casamento? Isso aconteceu?

1.e. Há algum aspecto da comunicação que poderia ser melhorado? Na sua opinião, o que deveria acontecer para isso?

2) SEXUALIDADE -

2.a. Qual é o papel da sexualidade na vida de vocês?

2.b. Antes de casar, qual era a sua idéia da vida sexual no casamento? O que você esperava? Isso aconteceu?

2.c. Antes de casar, você esperava que, por algum motivo, pudessem ocorrer mudanças significativas na vida sexual? Isso aconteceu?

2.d. Vocês conversam sobre sexo? Se não, você acha que deveriam conversar?

3) VIDA SOCIAL / LAZER -

3.a. O que você esperava da vida social no casamento? Isso aconteceu?

3.b. Vocês conversam sobre a vida social/programas, fazem planos?

3.c. Que atitude você esperava de seu parceiro em relação aos seus amigos individuais (de solteiro)? Isso aconteceu?

3.d. E o seu parceiro, que atitude você acha que ele esperava de você em relação aos amigos dele de antes do casamento?

3.e. Alguma vez vocês falaram sobre isso?

3.f. Vocês têm atividades sociais individuais?

4) EDUCAÇÃO / CRIAÇÃO DOS FILHOS -

4.a. Como são tratados os assuntos relacionados à educação dos filhos? Vocês conversam sobre isso?

4.b. Existem divergências? Como são tratadas?

4.c. Antes de ter filhos, que idéia você tinha sobre o papel de mãe e o papel de pai? A realidade tem sido como você imaginava?

5) UTILIZAÇÃO DO DINHEIRO -

- 5.a. Há concordância entre vocês quanto ao gasto de dinheiro (onde e como gastar)?
- 5.b. Como você esperava que fossem tratados os assuntos financeiros? Isso aconteceu?
- 5.c. Vocês falam sobre isso?
- 5.d. Na sua opinião, o que deveria ser diferente nesta área?

6) RELAÇÃO CONJUGAL / CÔNJUGE

- 6.a. Vocês planejaram o casamento/ ou morar juntos?
- 6.b. Antes de casar, o que você esperava do casamento e do seu parceiro?
- 6.c. A realidade atual é diferente do que você esperava?
- 6.d. Vocês conversam sobre isso?

7) CONFLITOS -

- 7.a. Antes de casar, o que você pensava que seria motivo de conflito para vocês? Isso aconteceu?
- 7.b. Qual é o maior motivo de conflitos entre vocês?
- 7.c. Vocês conseguem conversar sobre isso?
- 7.d. O que você acha que poderia ser feito para diminuir tal conflito?

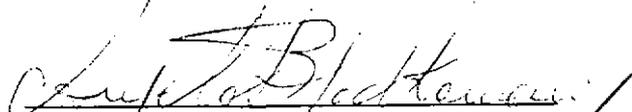
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Susan Travis intitulada "Conflitos conjugais: Um estudo sobre as expectativas no casamento", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:



Profª. Terezinha Féres Carneiro (Orientadora)
PUC-Rio



Profª. Maria Helena Novaes Mira
PUC/Rio



Profª. Angela Baraf Podkameni
PUC/Rio

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, 12/4/1997.



Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas